



*Amu*  
*Edstius*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 7/2022

### SESSÃO Ordinária

Sessão realizada no dia 13 de dezembro de 2022, na sala de sessões do município de Sines

**Presenças dos membros da Assembleia Municipal** -----

**Presidente:** Idalino Sabido José (PS),-----

**1ª Secretária:** Nádía Andreia Pacheco Vilhena (PS) -----

**2º Secretário:** Artur Licínio de Oliveira Martins (PS) -----

Tiago Jorge Guerreiro Santos (PS) -----

Sónia Margarida Silva Santos (PS) -----

Ricardo Ferreira de Brito (PS) -----

Rui Filipe da Silva Encarnação (PS) -----

Amélia João Chamorro Nunes (PS) -----

José da Silva Raposo (PS) -----

Liliana Sofia Fernandes Duarte (PS), substituída por Edgar Filipe de Jesus Almeida -----

Ricardo Bruno da Silva Baltazar (PS) -----

Manuel António de Campos Botelho da Lança (MAISines) -----

Paula Schneider Silveira (MAISines)-----

Paulo César Lála de Freitas (MAISines) -----

João Gonçalo Barata Loureiro Cruz (MAISines) -----

Fátima Isabel Gomes Cardoso (MAISines), substituída por Fábio Jorge Rosado Faustino -----

Gil Vasco da Silva Gonçalves (MAISines) -----

Ana Isa Plácido Correia (CDU) -----

Miguel Nuno Prata Pacheco (CDU) -----

Soraia Cristina Pinela Pereira (CDU) -----

António Francisco Almeida Roberto (CDU) -----

Joaquim António Lopes Serrão (PS) -----

José Pedro do Nascimento Arsénio (PS) -----

**Presenças da Câmara Municipal de Sines:** -----



Amr.  
10  
Artius

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

**Presidente:** Nuno José Gonçalves Mascarenhas -----

**Vereador:** Fernando Miguel Ramos -----

**Vereadora:** Filipa Marta Torres Faria -----

**Vereador:** José Manuel Guerreiro Arsénio -----

**Vereador:** António Luís Barreiros da Silva Braz -----

**Vereador:** Gonçalo José Teixeira Pimenta Maldonado Naves -----

**Vereador:** Jaime António Pereira Pires de Cáceres -----

Eram vinte e uma horas e quinze minutos quando o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, deu início à ordem de trabalhos da sessão ordinária de treze de dezembro de dois mil e vinte e dois. -----

### A - Intervenção do público -----

Neste ponto, nos termos do regimento, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines Idalino Sabido José, pergunta aos munícipes presentes se pretendem intervir sobre algum assunto. Os Munícipes que entenderam intervir fizeram-no em seguida. -----

A munícipe **Maria de Jesus Correia**, diz que o assunto que pretende abordar tem a ver com o estabelecimento “A Capela” e que não é verdade que tenham admitido barulho em demasia aos senhores vizinhos e que não tenham vontade de resolver a situação. Isso não é verdade, nunca fomos contactados por ninguém, porque se fosse, somos pessoas capazes para, juntamente com quem se sentia prejudicado, tentarmos arranjar uma forma de que quem de direito tivesse o seu descanso e nós tivéssemos o nosso ganha-pão. Na realidade, a Câmara não mandou fechar o estabelecimento, que funcionava só de sexta para sábado, de sábado para domingo e véspera de feriado, das dez e meia até às, no máximo, cinco e meia. Agora, dando-lhe um horário de abrir às dez e meia, para fechar à uma hora, é evidente que não dá e é impensável que a casa funcione. ---  
O que eu queria chamar a atenção dos senhores da Câmara Municipal é que olhassem um pouco para as duas partes. Nós, A Capela, não estamos interessados em prejudicar seja quem for e muito menos o sossego de alguém. Agora, não pode de modo algum, que por birra, não se queira aqui um estabelecimento, isso não pode ser. Ainda na sexta-feira passada, os senhores ligavam consecutivamente para o posto da GNR, vinham os carros, encontraram a minha nora e o meu filho e perguntaram onde é que era o estabelecimento porque nem já sabiam onde é que era e não havia barulho em sítio nenhum. Temos direitos e temos deveres e nós estamos prontos, como já informei a Dra. **Filipa Faria**, a fazer seja o que for, mas não podemos estar de porta fechada. -----





*Adm. B*  
*ofícios*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

O munícipe **António José Rodrigues** diz que o seu assunto “tem a ver com um abaixo-assinado que foi feito por trabalhadores da autarquia de Sines, sobre a insalubridade e penosidade, da parte da eletricidade e da parte dos espaços verdes, abaixo-assinado esse que foi entregue pelo sindicato, e nós funcionários continuamos a fazer o mesmo serviço com todo o empenho, com todo o gosto, mas há cinco meses que estamos à espera de uma resposta, e eu acho que da parte do executivo podia haver uma resposta mais breve aos problemas dos próprios funcionários, porque eles são a cara do município e nós tentamos fazer de tudo, da melhor maneira possível, para o município ficar sempre bem visto”. -----

A munícipe **Dalila Maria** diz “moro no Bairro Marítimo, número vinte e três, no primeiro B, em Sines, desde novembro de 2008. Quando comprei a minha casa já existia um café com o nome de “Snack-bar Os Pescadores”, mesmo por baixo do meu apartamento, café esse explorado por um senhor de idade e frequentado maioritariamente por pescadores lá do bairro, que um dia por outro faziam ruído, mas não era incomodativo ao ponto de eu fazer qualquer tipo de reclamação. -----

Estive ausente de Sines entre 2017 e julho de 2021, voltando a Sines aos fins-de-semana e quando voltava, a partir de 2018, notava que já havia um ruído diferente daquele que era costume ouvir.

Em julho de 2021 regressei definitivamente e começaram os problemas. Problemas com o ruído, com a clientela, com o jogo de Snooker, com o jogo de dominó, com o encerramento do estabelecimento muito tarde para uma zona onde habitam pessoas que trabalham e que precisam do descanso, com mau ambiente, com falta de segurança que neste momento se sente. Confesso que de noite, quando chego a casa tarde, me sinto insegura. -----

Antes de tomar qualquer atitude, falei com o senhor. O senhor não se mostrou disponível, foi mal-educado e eu resolvi vir à Câmara e falei com a vereadora que tem o pelouro. Como sabia que havia uma entidade que poderia pedir a medição do ruído, que era a CIMAL, esta esteve três noites na minha casa a fazer a medição do ruído e foi detetado que o ruído era superior àquilo que devia de ser. Entretanto a Câmara determinou, perante a medição da CIMAL, que o senhor iria encerrar às oito e meia durante a semana e às vinte e uma ao fim-de-semana. O senhor veio reclamar e a Câmara, como só me tinha ouvido a mim e não tinha ouvido o senhor, voltou com a palavra atrás e mandou o senhor abrir o estabelecimento até às vinte e três horas, recomendando que fizesse obras de insonorização do café, coisa que ele disse que não fazia, porque não tinha dinheiro e porque o café não é dele, mas queria ter o café aberto até mais tarde, porque tinha feito investimento e precisava de ganhar a vida para sustentar a família. -----





*Edm.,*  
*N*  
*Ofertas*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

A Câmara determinou que o senhor podia abrir até às onze horas e foi todo o verão eu a sofrer com a situação do barulho. Porque eu também fiz investimento na minha casa, eu estou a pagar a minha casa ao banco e chego a casa às cinco da tarde e entre as cinco e a meia-noite não consigo descansar. Isto não é um dia, não é um fim-de-semana, são todos os dias da semana. -----  
Eu durante o verão fui dormir à Quinta dos Passarinhos muitas noites, a casa do meu pai, porque não conseguia estar na minha. Muitas vezes durante a noite pegava no meu carro e ia para a Costa do Norte para conseguir ter um bocado de silêncio para ver se me conseguia abstrair daquele barulho e só regressava quando sabia que ele tinha o café fechado, porque ele fecha às onze, mas depois fica até à meia-noite a fazer a limpeza. Limpeza essa que é arrastar cadeiras, é desmontar uma esplanada que ele lá tem, que eu também até à data não sei porque é que ele lá tem aquela esplanada, não sei quem autorizou, porque ele fez aquela esplanada e não pediu autorização ao condomínio. Ele furou o prédio do condomínio e não pediu autorização. O condomínio pediu uma explicação à Câmara, porque é que aquela esplanada vai ser feita. Até hoje, há um ano, não temos resposta. E pronto, e é isto e eu não consigo viver assim, tenho pedido várias reuniões, já falei com o senhor Vice-Presidente, porque o senhor Presidente não estava, e o senhor Vice-Presidente disse que ia ver, isto no dia 17 de novembro. Ontem tive o dia todo na Câmara, falei com o senhor Presidente, que me disse que ia falar com a senhora vereadora, que iam ver para possivelmente mandarem o senhor isolar o café. Ele já disse que não ia isolar o café, porque não é o dono e os proprietários não querem isolar o café, porque não estão interessados nisso. Quando nós falamos com os proprietários, eles disseram-nos para falar com a pessoa que lá está. Eu tenho a minha casa à venda há dois meses, mas não consigo vender, porque aqui de Sines toda a gente sabe o que é que lá se passa e ninguém compra a minha casa, e eu faço o quê à minha vida? Eu não consigo descansar e preciso do meu descanso. A lei do ruído existe, é para ser cumprida e a Câmara é a entidade que tem que regular estas situações. -----  
Fizemos uma reunião de condomínio a semana passada, há-de aparecer uma ata que vai vir para a Câmara com todos os condóminos. A mais prejudicada sou eu, que moro por cima, mas os condóminos também estão saturados com o ambiente que lá se passa, porque embora não sintam o problema que eu sinto do barulho, é um mau ambiente que ali se cria à volta. Na ata vem discriminado tudo e onde eles também estão descontentes com a situação”. -----  
A muniçe **Maria Clara Ferreira** diz que está “aqui para tentar resolver o problema do bar. Já foram feitas muitas coisas, já foi realizada uma reunião onde foi dito que o horário ia ser reduzido





*Colunha*  
*19*  
*Epitaves*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

para a uma hora, coisa que não aconteceu. Não se consegue sossegar naquela casa e não são só os fins de semana que importam, mas sim a semana inteira. Estar um fim-de-semana a ouvir música até às sete e oito horas da manhã, como acontece, é estar a prejudicada a minha família. Não quer dizer que não se queira fazer um acordo, e eu sei que toda a gente tem direito ao seu trabalho, mas também há quem tenha que ter o direito ao descanso e um estabelecimento que tem música até alta da madrugada não deve estar situado dentro de uma zona habitacional. Não são só uns que são prejudicados, mas são todos os moradores ali na zona. Portanto, é uma situação que anda há muito para ser resolvida e até à data ainda não houve solução nenhuma, e estamos a ser todos prejudicados, porque ninguém consegue passar ali um fim-de-semana. -----

Quer dizer, vêm os filhos, vêm os netos, vem tudo, ninguém dorme. Aquilo acaba por ser uma loucura, porque é uma discoteca dentro da minha própria casa. Já fizeram a avaliação de som e ultrapassou muitíssimo o valor limite. As paredes tremem, os móveis abanam, portanto, é uma situação que não se pode suportar ali e há que haver uma solução. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelos munícipes. -----

“Bom, relativamente às questões que foram colocadas, começava pela senhora **Maria de Jesus Correia**. A Câmara tomou uma decisão em função daquilo que foram as queixas apresentadas e também as vistorias efetuadas. Eu recordo que numa das últimas assembleias municipais estiveram aqui vários munícipes a queixarem-se do som do bar, mas naturalmente que a decisão que foi tomada, neste caso por unanimidade, foi uma decisão que tem em conta um equilíbrio entre aquilo que são os direitos dos proprietários e também os direitos das pessoas que moram naquela rua. Eu percebo perfeitamente as questões que colocou, aliás também como as da senhora **Maria Clara Ferreira**, mas a Câmara está aqui na função de árbitro, ou seja, a Câmara tenta encontrar uma solução que dê resposta a ambas as entidades que estão aqui a reclamar. No entanto, a Câmara tomou uma decisão. Naturalmente que há meios próprios para reclamar dessa decisão. -----

Eu já tive a oportunidade de falar com a Sra. Vereadora e a Câmara numa das próximas reuniões vai abordar novamente o assunto. Agora, não sei se existe matéria suficiente para tomar uma decisão contrária àquela que já tomámos, mas naturalmente a Câmara irá analisar e em seu devido tempo dará uma resposta. Compreendo perfeitamente, uma vez que existe aqui um conflito que tem que ser resolvido e, certamente, que a Câmara pode tentar ajudar, mas não será a entidade que





Q.M. A  
Sines

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

o poderá resolver, uma vez que há aqui questões que ultrapassam claramente também as competências da Câmara Municipal. -----

Quanto ao senhor **António José Rodrigues**, relativamente ao abaixo-assinado dos trabalhadores sobre a questão da salubridade, obviamente que nós temos analisado essa questão, aliás é uma questão que já vem de algum tempo, não apenas devido ao abaixo-assinado que fizeram, mas naturalmente que o Vereador depois irá falar sobre o assunto e aprofundar essa questão. -----

Relativamente à senhora **Dalila Maria**. A Câmara nas suas reuniões toma decisões sobre estas matérias. Ao contrário daquilo que diz, a Câmara não voltou com a palavra atrás, a Câmara tomou uma decisão num primeiro momento de reduzir o horário em função das queixas que foram apresentadas. Numa segunda análise, depois de ouvir as duas partes, achou por bem tomar uma nova decisão, no sentido de permitir que o estabelecimento estivesse aberto até às vinte e três horas, que seria um horário razoável. Naturalmente que a senhora **Dalila Maria** não concorda e já percebi os argumentos, não só agora como anteriormente e naturalmente que mais uma vez a Câmara vai ter que analisar, debruçar-se sobre o assunto. Existiu uma decisão que foi tomada por unanimidade, naturalmente que a Câmara pode vir a tomar uma nova decisão ou manter a mesma decisão e depois a senhora **Dalila Maria** recorrerá aos meios que achar convenientes, mas tendo sempre presente que a Câmara quando toma as decisões, toma-as de boa-fé, no sentido de não prejudicar nenhuma das partes. Agora, há situações, não estou a dizer que é esta, ou a anterior que eu falei há pouco, que por vezes são completamente incompatíveis. Quando diz que a Câmara tem que regular essas situações, claro que sim, e tanto a senhora **Dalila Maria** tem direito ao descanso, como os proprietários ou os arrendatários daquela casa devem ter o direito a ter uma atividade económica e sustentar a sua família. Portanto, são precisamente estas duas áreas que temos que conseguir conjugar e vamos ver se conseguimos resolver também este problema. -----

Relativamente à senhora **Maria Clara Ferreira**, mais uma vez o assunto do bar. Eu percebo aquilo que diz, tal como percebo aquilo que foi transmitido há pouco pela senhora **Maria de Jesus Correia**. No entanto, há aqui questões que por vezes nos ultrapassam. Claramente Sines tem que ter na zona histórica um regulamento de ruído e nós estamos a preparar essa situação, porque queremos evitar que situações como esta possam vir a acontecer no futuro, não apenas na zona histórica, mas naturalmente naquelas áreas onde os bares possam funcionar e prejudicar quem tem direito ao descanso. No entanto, naturalmente que vão existir exceções nos períodos festivos e em períodos que a Câmara considere que são importantes, nomeadamente no verão, para poder





Qmm. d  
Arturo

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

promover o turismo, mas naturalmente que há aqui questões que importa também referir. Como disse e bem, a Câmara tomou uma primeira decisão de reduzir o horário, naturalmente que agora, se a Câmara se voltar a pronunciar, pode analisar novamente, mas pelos vistos temos aqui uma situação que mais uma vez é incompatível. Se a senhora diz que até à uma hora da manhã, que foi o horário que a Câmara impôs, continuam a fazer muito ruído, é esta incompatibilidade que vamos tentar ajudar a resolver. Se não for possível, obviamente há os meios que ambas as partes têm ao dispor, tendo sempre consciência que do nosso lado tudo faremos para encontrar uma solução para os dois casos que hoje foram aqui trazidos pelos munícipes”. -----

O vereador da Câmara Municipal de Sines **Fernando Ramos** refere que relativamente à questão dos dois abaixo-assinados, existiu um primeiro parecer da parte do serviço de segurança e higiene no trabalho, mas entendeu o nosso chefe de divisão, e eu também, que para termos absoluta segurança da matéria, os mesmos foram remetidos para o gabinete jurídico. A Câmara Municipal, como qualquer organismo público, é alvo de auditorias, de fiscalizações, e muito bem, e é fundamental que recolhemos os pareceres, e mediante esses pareceres nós tomamos as decisões. Se porventura esses pareceres forem negativos, nós podemos tomar decisões contrárias a esses pareceres, mas em sede de auditorias e de organismos de fiscalização, como o Tribunal de Contas, seremos penalizados dessa mesma decisão. Quanto ao tempo que mediou o abaixo-assinado e a resposta admito que pudesse ser mais rápido, mas é preciso notar que também se meteu aqui outra estirpe de situações que de facto obstem. Portanto, agora foi remetido para o gabinete jurídico e eu inclusive disse para ser emitido com carácter da maior celeridade. Quando for possível ter esses pareceres, irei tomar a decisão e irei comunicar”. -----

### **B - Período Antes da ordem do dia** -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se há alguma questão que queiram ver abordada neste ponto. Depois dá a palavra aos mesmos. -----

O deputado **Ricardo Baltazar** diz que pretende realçar o evento que a nossa Junta de Freguesia fez, neste caso a distribuição de presentes pelas crianças, que mais uma vez teve uma excelente organização, uma excelente afluência e sorte com a meteorologia, o que ainda por cima ajudou à festa. Um evento que deve continuar, porque felizmente demonstra que as nossas crianças alegam muito com o Natal e gostam de receber os seus presentes”. -----

O deputado **Paulo Freitas** refere que tem quatro questões a colocar e que o vai tentar fazer de





Q. M. M. D  
Sines

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

forma sucinta. “Queria saber qual é que era o ponto de situação das transmissões online de Assembleia Municipal, que foi aprovado nesta casa na última sessão, por unanimidade. -----  
Outra proposta que foi aprovada por unanimidade, foi a recomendação de agradecimento e reconhecimento de contribuição de medalhas de mérito municipal às coletividades e instituições que combateram o Covid. Pretendíamos saber quando é que será concretizada a recomendação unânime desta Assembleia. -----

Recentemente na imprensa, tivemos a notícia de que a nível de taxa de execução de PEDU, temos Alcácer do Sal com noventa e seis por cento, temos Santiago do Cacém com noventa e cinco por cento, Grândola com noventa e um, Odemira com setenta e três e Sines com cinquenta por cento, que é a pior execução a nível do litoral alentejano. No PEDU que foi assinado em 2016, ou seja, há seis anos, tínhamos algumas obras, como por exemplo a criação do projeto da estação de mobilidade, transformação na antiga estação de caminhos-de-ferro deslocando para aí a estação rodoviária e o posto de abastecimento de carros elétricos, a reabilitação do mercado municipal, reabilitação das habitações municipais localizadas na praça da República e algumas do centro histórico que também fazem parte do património municipal. Queria uma explicação do executivo perante a enorme diferença de execução em relação aos restantes municípios. -----

Para finalizar a minha parte, nas autarquias a chefia por nomeação tem um prazo legal. Esta situação levanta dois problemas. Primeiro problema, os acréscimos de custos não são reconhecidos pelo tribunal de contas. A ausência de concursos públicos e a falta de transparência, pode permitir a nomeação por tempo indeterminado, o que pode não corresponder ao interesse da autarquia. Mencionado isto, não contra as pessoas que ocupam esses cargos, até porque a definição de todos os parâmetros legais pode não dar mais consistência a essas mesmas funções. Qual a situação atual da nossa autarquia e caso tenham sido detetadas algumas irregularidades, quais é que foram as diligências tomadas pelo executivo”. -----

O deputado **Ricardo Brito** diz que a sua intervenção “é mais um pedido de informação caso a Câmara tenha essa informação. Há pouco tempo foi apresentado o plano ferroviário nacional, com alguns investimentos muito relevantes para o nosso concelho e até para a região, a maior parte deles até já estavam no PNI 2030, mas a verdade é que é a primeira vez que aparece num documento público a adaptação da nova linha Sines-Grândola a passageiros, o que sendo verdade e concretizando esse investimento, é sem dúvida um investimento muito importante, uma reivindicação muito antiga dos Sineenses, aliás, a Juventude Socialista tinha participado na





*Oliveria* *d*  
*Opticus*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

primeira fase de consulta pública, precisamente com um contributo nesse sentido, e convido todos os presentes que tenham interesse em participar ainda na consulta pública, que ainda está aberta, e acho que faz todo o nexó que consigamos fazer pressão neste sentido, mas no fundo, tendo em conta que o documento é bastante lato e a própria apresentação do mesmo não refere este ponto, eu queria perguntar à autarquia se tem alguma informação adicional, se foi consultada neste processo, ou qual a posição do executivo”.

O deputado **Fábio Faustino** diz que a sua questão é “relativa à notícia que saiu sobre os clubes de Sines, em que eles ficam com o projeto formativo e competitivo ameaçado, já que devem dezenas de milhares de euros e que terão que pagar relativamente a essas dívidas de transporte dos últimos oito anos, o que apanhou todos os clubes de surpresa.

O MAISines, neste estado de coisas coloca duas perguntas. Garante hoje perante esta Assembleia que o problema será resolvido sem colocar em causa a competitividade e o regular funcionamento dos clubes visados? Se sim, como. Pretende atribuir um subsídio extra que auxilie o pagamento destes montantes? Por que motivo foram durante vários anos geradas falsas expectativas aos clubes de que este valor não seria exigido, pelo menos desta forma repentina, abrupta e imprevisível?” -

O deputado **Gil Gonçalves** diz que o “caso aqui da senhora **Dalila Maria** representa na perfeição aquilo que é a falta de força anímica deste executivo. Portanto, há uma senhora que se queixa recorrentemente, há meses aqui em reuniões de Câmara e em sessões de Assembleia, e este executivo que tem a função de resolver o problema é completamente incapaz. Portanto, o executivo tomou uma decisão num sentido e depois numa segunda análise tomou a decisão no sentido inverso. E, senhor Presidente da Assembleia Municipal, quero aqui reforçar aquilo que o meu colega **Fábio Faustino** disse e deixar bem claro que nós, MAISines, exigimos aqui uma resposta perante alguns presidentes de clubes de Sines que se encontram nesta situação de dívidas de transporte, que foram acumuladas ao longo de oito anos, que nunca foram confrontados com este prazo até agora e qual é a forma que o executivo vai adotar para resolver esta situação, de forma a garantir que os clubes não são prejudicados na sua atividade desportiva, cívica e educativa, que é isso que está aqui em causa”.

O deputado **José Pedro Arsénio** diz que “enviámos um ofício a questionar o executivo formalmente sobre a intervenção que foi feita na ligação do Ramal à EB1 de Porto Covo. Esse ofício foi enviado há cerca de um mês e ainda não obtivemos resposta por parte do município. É decerto uma intervenção muito importante, que foi levantada durante algum tempo nesta





*Manuel Lança*  
*Epitácio*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Assembleia, e que efetivamente foi executada em setembro de 2022, mas passados três meses a infraestrutura continua com a vala aberta, o que não é o melhor cartão de visita. Porto Covo é apenas uma rua, como alguns costumam dizer, mas mesmo essa rua nós não a conseguimos manter e não conseguimos fechar a vala, repor a calçada e dar como concluída uma intervenção tão importante, que esperou nove anos para ser executada, mas estou convicto que até ao final do ano temos esse problema resolvido e não são meras infraestruturas, em termos de gás, que vão impedir concluir essa intervenção, tão importante para o estabelecimento de ensino de Porto Covo”. -----

O deputado **Manuel Lança** começa a sua intervenção dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Municipal: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pelo que eu vou dizer fácil é perceber que estou completamente desiludido com a ação deste executivo ao longo destes anos todos. Portanto, há coisas que se passam em Sines que já não têm razão de ser, nem justificação nenhuma, porque não há pandemia já, não é a chuva, não é nada. É uma certa incompetência e talvez o deixar andar sob as situações que me entristecem, e eu dou aqui alguns exemplos. Por exemplo, em relação à Marquês de Pombal, à célebre obra que poderia ser, digamos, um cartão de visita para Sines, hoje é aquilo que é. É uma obra que quando for inaugurada já está velha. E depois há aqui uma questão que o MAISines tem colocado nas sessões de Câmara, que era resolver o problema do estacionamento naquela rua rapidamente, porque o estacionamento como está a ser executado neste momento, está a partir, por exemplo, as caldeiras das árvores e depois, ainda mais importante no meio disto tudo, é que as pessoas que têm que andar no passeio, têm que passar a andar no meio da rua misturadas com os carros, porque efetivamente não há sítio para as pessoas passarem, estão ocupados pelos carros. Eu tenho a certeza absoluta de que não há nenhum elemento que esteja aqui nesta Assembleia que ache razoável manter-se esta situação e manter-se ao longo destes meses todos que temos andado a falar. Como impressionante é também o estado em que se encontram os jardins do Rossio. Há dias um senhor que mora ali em frente mesmo do caixote do lixo veio despejar o lixo e o que é que aconteceu? Um passeio completamente degradado, o homem caiu, lá foi ele a caminho do hospital. Quer dizer, é uma situação incrível como é que uma obra que o passeio foi degradado pela obra da Marquês de Pombal e deveria ter sido reposta. Neste momento não há hipótese de as pessoas poderem passar sem ser no meio da rua, o que é perigoso. -----

Realço outra coisa: Junto ao restaurante “O Luís” foi aberto um buraco na estrada para Porto Covo, para reparação com certeza que da tubagem da água. Lá está o buraco! Quer dizer, aquilo devia ter sido reparado como deve ser. Não se admite que num sítio daqueles os carros tenham que fazer





*António Roberto*  
*Epitácio*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ali um contorno de um buraco enorme, ainda por cima com esta história da chuva continua a afundar e ninguém liga patavina àquilo. Como não ligam àquilo, também não ligam à rua Nau Leitoa Nova, onde foi aberta uma vala, ao meio da rua, que continua por reparar. Na rua Nau São Jerónimo já tanto se falou e inclusivamente já se duvidou que entre uma parte e outra da rua haja ali um conflito de interesses. Não é um conflito. A obra é da responsabilidade da Câmara, como foi dito há muito tempo pela senhora Vereadora e pelo senhor Presidente. Portanto, aquilo é uma obra da Câmara, e neste momento está por acabar. -----

O deputado **António Roberto** diz que “gostava de colocar uma questão sobre uma família que mora aqui em Sines, não é daqui de Sines, mas mora aqui há muitíssimos anos e todos conhecem, sem falar da rulote que faz as faturas, se calhar a gente não conhece aí mais nenhuma, porque é a única, moram no bairro Primeiro de Maio, e o que é que eu venho aqui colocar acerca disto. Aquela família, pelos jeitos, fez um pedido à Câmara Municipal de Sines agora, mas já aconteceu antes, quando foi o mercadinho de Natal, para colocar a sua rulote para vender as suas faturas. Não foi autorizada, mas veio uma outra rulote de fora, também têm direito não é verdade? Parece um bocado contraditório esta não ter sido atendida para poder colocar a sua rulote a vender faturas.

Já agora ia fazer aqui uma pequena referência ao facto de o Vereador **Fernando Ramos** ter enviado para o gabinete jurídico aquela questão dos cinco meses em atraso. Estão à espera de resposta, que de facto cinco meses não são cinco dias nem cinquenta dias, é um pouco assim para lá do demasiado. Já agora referir que, não sei se o vereador disse se não, mas também deveria colocar no gabinete jurídico a questão dos retroativos. Parece-me uma contradição, então se os concelhos aqui vizinhos já pagam isto, então Sines não paga porquê? Os trabalhadores da autarquia de Sines são diferentes dos de Santiago, Grândola, Alcácer e Odemira?”. -----

O deputado **Miguel Pacheco**, explica que está “muito como o deputado **Manuel Lança** estava a dizer e cada vez se sente mais desiludido por ser Sineense, que era uma coisa que era inimaginável no seu pensamento. E voltando aqui um pouco ao que o **António José Rodrigues** veio cá fazer e que o deputado **António Roberto** também abordou, como é que em Santiago todos os trabalhadores ou praticamente aqueles que fazem a função do **António José Rodrigues** e fazem a função dos jardins estão a receber esse suplemento, e muitas outras autarquias estão a fazer e a Câmara de Sines não faz porquê? Porque quer empobrecer mais os trabalhadores da Câmara? Não faz sentido! Se as outras câmaras o podem fazer, nós também podemos fazer e temos a obrigação de fazer, e é a nossa obrigação como Sineenses. Porque eu estava a pensar nisso, é que os políticos





*Am. d*  
*Optimus*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

que estão cá são de passagem, não é? Estão quatro, oito, doze anos. Os trabalhadores estão cá há quarenta, e se não olharmos para os trabalhadores de uma forma a ajudar e temos possibilidade disso, não estamos cá a fazer nada, e olho isto também para os jardins, porque eu olho para os jardins da forma que, se os trabalhadores estão revoltados por não receberem o suplemento, é a forma a que os jardins chegam hoje em dia, porque não há valorização no trabalho, as pessoas não gostam daquilo que estão a fazer, as pessoas ganham mal. E se a própria autarquia não investe na formação, no bem-estar dos trabalhadores, vamos continuar a ver cada vez pior os jardins. Eu passei ontem no Intermarché e estava a ver, uma coisa tão simples que era juntar uma rotunda a outra com um traço contínuo, pelo menos antes dos chineses abrirem, porque se abrirem aquilo, aquilo vai ser acidentes ali todos os dias, porque vão andar ali dezenas e dezenas de carros, e porque é que não fazem antes? Porque é que têm que fazer as coisas depois de acontecer, não é? É chegar lá, pôr um traço contínuo, como deviam fazer em todos os sítios do município, mas pronto é para avisar que a CDU está com os trabalhadores da Câmara, com todos sem exceção e vamos lutar por isso e com os Sineenses, e podem contar com a CDU para tudo”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. -----

“Começava pelo deputado **Ricardo Baltazar** que fez uma observação relativamente ao evento realizado pela Junta de Freguesia, que eu concordo em absoluto, um evento de facto importante. - Quanto ao deputado **Paulo Freitas**, ponto de situação das Assembleias Municipais. Nós temos estado a trabalhar com uma empresa, no sentido de reformular aqui a sala de sessões. Isso passa por dar melhores condições aí aos senhores deputados e aqui a este lado também, para permitir ter câmaras fixas nesta sala. Isso é um trabalho que tem demorado algum tempo, portanto não temos uma data prevista. Logo que haja essas condições, obviamente que iremos transmitir não apenas as Assembleias Municipais, como também as sessões de Câmara públicas. -----

Relativamente à recomendação de condecorações, foi de facto uma recomendação, a Câmara no devido tempo e na altura oportuna irá tomar uma decisão relativamente a essa matéria, uma vez que para além dessas instituições, algumas que concordamos, outras nem por isso, temos muitas outras que tem que ser reconhecido o seu trabalho ao longo dos últimos anos. -----

Relativamente à questão do PEDU que focou, é verdade, nós em determinada altura tivemos que fazer opções, e uma vez que não foi possível lançar novamente a obra do mercado municipal, apostámos noutras empreitadas. Portanto, os municípios aqui à volta têm um PEDU que rondará,





*Quinn*  
*Estêvão*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

quase todos, à volta dos cinco milhões de euros. Nós, não foi possível, apesar da adjudicação, fazer a obra do mercado municipal neste quadro comunitário, assim como a praça da República. No entanto, virámo-nos para a ampliação e requalificação da ZIL 2. Portanto, logo aí são quatro milhões de euros que não estão dentro do PEDU, mas se fôssemos a somar, teríamos certamente uma execução de cento e vinte ou de cento e trinta por cento. Portanto, batíamos o record. No entanto, essa foi a prioridade e agora neste quadro comunitário, no âmbito do PEDU aí sim, aliás, o mercado municipal já foi falado com o órgão de gestão, o PO regional, precisamente para essa ser uma das primeiras obras a lançar, se tudo correr bem, já no próximo ano, no Portugal 2030. -- Quanto à questão que falou das chefias, há interpretações diversas. Nós temos a convicção de que apesar de termos iniciado o lançamento do concurso e ter havido pelo caminho vários entraves, a situação, logo que seja possível, irá ser regularizada e iremos lançar novamente os concursos, estávamos apenas a fazer aqui um tempo de pausa para a nova estrutura da Câmara. Não sei se será possível com a nova estrutura, mas logo que possível vamos fazer o lançamento novamente desses concursos. Aliás, o regime de substituição é uma coisa que se pode ver em vários municípios aqui à volta do município de Sines. -----

Quanto ao **Ricardo Brito**, plano ferroviário nacional. Bom, nós tivemos oportunidade de aprofundar esse tema com o senhor Ministro das Infraestruturas, na semana passada, numa reunião no âmbito da CIM e importa realçar o seguinte: isto é um plano que obviamente está em discussão pública, portanto vai ser discutido, vai ser discutido também no âmbito do Alentejo, há uma reunião que está agendada para o dia, salvo erro, dezassete de janeiro próximo, no concelho regional, que é um órgão que por acaso é presidido pelo Presidente da Câmara de Sines, mas que inclui todos os municípios do Alentejo e Ribatejo e obviamente o senhor Ministro irá fazer a apresentação desse plano e iremos aprofundar essa temática. No entanto, da reunião que existiu na passada semana, há duas ou três notas que eu gostaria de dar. Em primeiro lugar, o facto de o plano ferroviário nacional prever aquela ligação entre Sines e Grândola. É uma ligação absolutamente essencial para todos, embora nem sempre compreendido por alguns autarcas. Aliás, se recuarmos quinze anos atrás, temos perfeita noção que houve tomadas de posição distintas daquelas que tomou o município de Sines, de forma a não viabilizar a ligação a Grândola. Essa ligação a Grândola pela serra, aqui pelo Norte, é uma ligação absolutamente essencial para o futuro da região, quer do ponto de vista do transporte de mercadorias, quer do ponto de vista do transporte de passageiros. De mercadorias, porque acaba por ser uma redundância, se houver um problema





*Amor*  
*Editeus*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

na ligação a Ermidas, esta nova ligação vai permitir que os comboios que entram e saem do porto de Sines possam escoar as suas mercadorias. Por outro lado, é uma ligação lógica para voltar a ter passageiros nesta linha e porquê? Porque é muito difícil viabilizar um traçado que obriga, por exemplo, a quem vem da linha do Norte, por exemplo de Lisboa, ir às Ermidas, voltar para trás, para Santiago e para Sines e depois ir novamente para baixo. Essa solução já foi conversada com várias entidades, com o Ministro, com o Secretário de Estado, com a CP, e de facto, aquela que torna muito mais apetecível a rentabilidade do trajeto, é ter uma ligação que venha de Alcácer, venha direto para Sines, Santiago, Ermidas e continuar para a linha do Sul até ao Algarve e vice-versa, vir do Algarve, Ermidas, Santiago, Sines e continuar para Alcácer e para o Norte, para Lisboa. Portanto, há aqui várias conjugações que têm que ser consideradas, também um aspeto muito importante será o facto de vir a ser construída uma nova travessia no rio Tejo para comboios, e nós só tínhamos a ganhar se essa ligação for concretizada. Tenho esperança sinceramente, aliás, esse é um tema que deve ser debatido numa das próximas reuniões da CIMAL, no sentido de encontrar aqui uma solução que seja de consenso e que possa dar resposta às nossas necessidades e àquilo que é um ensejo da própria região. Apesar de o senhor deputado só ter colocado a questão da ferrovia, a rodovia é também um tema absolutamente essencial, foram-nos dados os novos prazos para a concretização da ligação Sines-Grândola Norte e aponta para que no próximo ano possa ser lançado o concurso para a obra começar no final de 2023, início de 2024. Portanto, estamos a falar dos primeiros, diria, quinze quilómetros entre as Relvas Verdes e ali a zona do Roncão. Ao mesmo tempo será desenvolvido o projeto da segunda fase, de forma a que a obra também possa ser lançada no mesmo ano de 2024. -----

Relativamente ao senhor deputado **Fábio Faustino**, a questão dos clubes. Bom, eu de facto gostaria de dizer o seguinte. Quando nós fizemos essas reuniões sobre o pagamento dos valores em dívida dos transportes, tivemos sempre o cuidado de dizer que a nossa proposta era aquela, mas nunca iríamos impor nenhum número de anos para o pagamento daquela dívida, com uma outra nuance: apesar de eu não ter transmitido isso nessas reuniões que fizemos agora, havia um compromisso e existe um compromisso de a Câmara Municipal aumentar os apoios aos clubes, no sentido de compensar pelo acréscimo dos custos. Foi por isso que eu sempre disse que o impacto que iria existir no pagamento dessa dívida, não iria ser significativo. O que é que nós fizemos? Já aumentámos o ano passado o valor, aumentámos novamente este ano e vamos aumentar nos próximos anos, porquê? Porque esta é a forma mais correta de não prejudicar aqueles que pagaram





Amun  
NB  
Opinion

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

as suas dívidas na quase totalidade. Portanto, ao longo dos próximos anos, os clubes vão ter um aumento que permita saldar o valor que nós tínhamos sinalizado há mais de um ano atrás e que não foram pagos.-----

Relativamente ao subsídio extra, não, isso não pode acontecer. Portanto, há um regulamento que regula o apoio dos subsídios na área do desporto. Esse regulamento permite à Câmara aumentar, tal como foi feito este ano que aumentou em cerca de dez por cento o valor a atribuir, quer às equipas, quer aos desportistas em nome individual, e isso será feito nos próximos anos, de forma a que o impacto do pagamento desses custos com transportes, e recorde que os clubes pagam trinta por cento do custo do transporte, a Câmara paga os outros setenta por cento, dizia eu, que aquilo que a Câmara dará de subsídio nos próximos anos vai permitir pagar a quase totalidade, senão mesmo a totalidade dessas dívidas que os clubes têm para com a Câmara. Portanto, não estou minimamente preocupado, nem os clubes devem estar preocupados, nunca estará em causa a viabilidade dos clubes e eles sabem bem disso, apesar de por vezes aqui algumas conversas enviesadas possam criar outra expectativa, mas não será o caso. Portanto, assumo perante a Assembleia Municipal, como assumo perante qualquer órgão. -----

Relativamente ao deputado **Gil Gonçalves**, sobre a questão do ruído, uma questão que tinha sido decidida, disse que éramos incapazes de tomar decisão. Sim, de facto, fomos os sete, e é muito simples de explicar, basta perceber aquilo que vem na lei, ou seja: quando nós ouvimos uma parte e tomamos uma decisão de forma a ser cauteloso, para evitar que o lesado possa continuar a ter esse prejuízo, a Câmara toma essa decisão. Se houver factos novos, ouvindo depois uma das outras partes, a Câmara deve tomar uma nova decisão em consciência com isso, e foi isso que foi feito, aliás por unanimidade como sabe. -----

Quanto aos clubes, estes não vão sair prejudicados. A única forma que encontrámos de compensar os clubes, aqueles que têm dívidas mais avultadas e os outros que não contraíram dívidas ou que não têm dívidas tão elevadas, é precisamente aumentar de forma igual todos os clubes. -----

Relativamente à questão do deputado **José Pedro Arsénio**. Nós não respondemos ainda ao ofício por uma razão muito simples, e ao contrário daquilo que se possa pensar, o que está ali em causa é uma obra que foi feita de uma forma incorreta, onde tem cabos elétricos em cima de gás, e a Câmara não pode fechar aquilo sem ter as devidas cautelas e assegurar que não haverá problemas no futuro. Basicamente tem a ver com isso. Portanto, assim que estejam reunidas as condições para fechar aquilo e resolver o problema, iremos resolver. Agora, estranhámos muito quando abrimos





*Qmm*  
*14*  
*Optius*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

aquela vala, depararmo-nos com uma situação daquelas, onde eletricidade, água, gás, tudo misturado, é algo que de facto nos preocupou, mas vamos tentar resolver isso o mais rapidamente possível, não pondo em causa a segurança daquela zona, principalmente junto a uma escola, como pode imaginar, mas tomei nota relativamente a essa questão. -----

Quanto ao senhor deputado **Manuel Lança**. O senhor fez aqui várias considerações, nalgumas concordo consigo, mas há aqui questões que nos ultrapassam e que são, muitas delas, falta de civismo das pessoas. Ainda a semana passada andei pela Marquês de Pombal, e para perceber que há pessoas que não têm o mínimo de civismo e nós não queríamos chegar ao cúmulo de ter que meter ali pilaretes para proteger aquela zona. A única decisão que neste momento ainda não foi tomada, tem a ver com o facto de querermos abrir a rua. A partir do momento em que a rua junto à Friplex esteja aberta, irão ser tomadas medidas, e alguns senhores que continuam a meter ali umas floreiras à porta de casa para ninguém estacionar, ou outros que abusam relativamente ao estacionamento, até em cima das passadeiras, junto a um sinal de passadeira, que ainda é mais grave, obviamente que a GNR está alertada para isso e julgamos que rapidamente as pessoas vão aprender a ter essa disciplina, mas concordo consigo, que há aqui um conjunto de situações que não têm a ver com a pandemia, têm a ver com o facto do empreiteiro que pura e simplesmente faliu, porque entrou em insolvência, ter cá garantias bancárias, não ter feito os remates de rua como diz junto à praça da República e agora termos que acionar essas garantias bancárias para que essa obra seja feita, mas devo-lhe dizer que acredito sinceramente que vai ficar ali uma boa obra, aliás, o senhor sabe que normalmente aquilo que são as nossas convicções e as nossas propostas são para concretizar. Esperou tantos anos por aquela ligação ao bairro Primeiro de Maio, que valeu a pena esperar, está ali uma boa solução, como o senhor sabe. -----

Relativamente ao restaurante “O Luís”, eu também já tinha notado isso relativamente ao buraco e tomei aqui nota para mais uma vez, não só como a rua Nau Leitoa Nova e Nau São Jerónimo e também dizer-lhe o seguinte: algumas destas intervenções estão previstas na empreitada dos betuminosos na cidade de Sines, que foi interrompida há cerca de dois meses. Portanto, não retomámos algumas das avenidas, porque com as chuvas não foi possível reiniciar a empreitada, mas esperamos que em janeiro isso possa ser retomado de forma a poder resolver alguns problemas que aí temos. Não conseguimos resolver é um outro problema, que é os calceteiros, mas isso se nos pudesse ajudar a encontrar alguém que fosse calceteiro e quisesse ir trabalhar para a Câmara, nós agradeceríamos. -----





*Amor*  
*Opticus*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Quanto ao deputado **António Roberto**, relativamente à questão dos trabalhadores da autarquia, não concordo mais consigo. Aliás, devo-lhe dizer que uma das primeiras preocupações que nós tivemos quando entrámos há alguns anos aqui na autarquia, foi precisamente resolver uma série de problemas que existiam, até com os EPI's, com fardamento, com tudo isso, que era uma coisa que eu nem percebia como é que isso podia acontecer e fomos resolvendo ao longo dos anos. Criámos também condições para alguns dos serviços terem espaços muito mais adequados àquilo que deve ser o trabalho de um funcionário de uma autarquia local, ainda há relativamente poucos meses, por exemplo o pessoal dos jardins que não tinham um local condigno, passou a ter, onde pode ter os seus materiais, onde pode ter as suas coisas, os seus pertences pessoais e têm todas as condições, e é isso que nós queremos continuar a fazer nos próximos anos de forma a dar cada vez mais condições a estes trabalhadores. Mas naturalmente há aqui questões que por vezes nos ultrapassam, que têm a ver com a legislação em vigor, mas naturalmente cá estaremos para analisar, e seguramente, se conseguirmos resolver ou ultrapassar esse problema, seria ótimo, não apenas para nós, porque ficávamos de consciência tranquila, como também os próprios trabalhadores que ficariam a ganhar, mas depois o vereador **Fernando Ramos** também irá falar sobre isso, uma vez que falou aqui no nome dele. -----

Relativamente ao deputado **Miguel Pacheco**. Eu concordo, quer dizer, os trabalhadores são a grande força e aquilo que de facto faz mover esta cidade e este concelho. E tudo aquilo que pudermos fazer por eles, naturalmente que fazemos, e eu ainda no outro dia quando estávamos a discutir a questão do orçamento que eu já irei falar, falávamos sobre o aumento que vai haver das verbas a pagar, ou seja, despesas com pessoal, que no próximo ano vai aumentar cerca de um vírgula um milhões de euros e, apesar de ser um custo para a autarquia, é dinheiro bem empregue, uma vez que vai permitir que muitos deles possam ter uma subida de rendimento que é de todo justo, aliás, quando se fala de facto na questão dos rendimentos dos trabalhadores, esquecemo-nos por vezes que estando nós num município como Sines, que tem um dos salários médios mais elevados do país, é confrangedor e inexplicável, como é que se consegue continuar a praticar vencimentos desta ordem de grandeza que são absolutamente, nalguns casos, indignos. -----

Relativamente às questões que colocou do traço contínuo junto à zona dos hipermercados, isso já há algum tempo que está a ser analisado. Aliás, nós independentemente do projeto ou da obra avançar ou não, iremos tomar algumas dessas medidas, mas naturalmente que há aqui alguns aspetos que focou e que têm a ver com a questão dos jardins, do trabalho. Nós temos estado a fazer





*Quem? N  
Opticus*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

um esforço tremendo e importante para adquirir uma série de equipamentos, para se poder trabalhar nessas áreas de forma muito mais apropriada do que o trabalho manual e iremos continuar a investir, de forma a melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores da autarquia”.

O vereador da Câmara Municipal de Sines, **Fernando Ramos**, em resposta à questão levantada dos retroativos, diz que sim, que essa questão nunca está em causa. Quando vier o parecer, se for caso disso, será com efeitos retroativos. -----

Relativamente à questão dos clubes e dos transportes, dizer que reunimos com todos os clubes e todos apresentaram, sem exceção, um plano de pagamentos e, inclusive, já houve clubes que saldaram a dívida na totalidade. Dizer também que este regulamento, no qual o Presidente disse que há o pagamento dos trinta por cento, que nós não podemos isentar, é de 2006 e foi assinado na altura pela senhora vereadora **Cármem Francisco**, no executivo da CDU. Depois tivemos no executivo o Movimento Sim e agora temos um executivo do PS, e quer o Movimento Sim, quer o Partido Socialista não tocaram neste regulamento, os valores são rigorosamente os mesmos. -----

O deputado **Paulo Freitas** explica que “gostava de saber futuramente dessa recomendação do reconhecimento das instituições do combate de Covid-19, quais é que são as instituições que o Presidente não concorda que estejam na recomendação, tendo em conta que todas as bancadas desta casa votaram a favor dessa recomendação. -----

Outra questão, do PEDU. A autarquia decidiu mudar a empreitada das obras para a questão da ZIL 2, mas a ZIL 2 não estava no programa original, mas o mercado municipal estava, e quanto é que perdemos de fundos comunitários em relação ao mercado municipal? -----

Em relação à questão das chefias. Porque é que foi esse compasso de espera e quando é que a situação vai ser regularizada? O Presidente disse que ia ter uma reunião por causa do elevador na última Assembleia, qual foi o resultado dessa reunião, quando é que vamos aumentar a segurança na rotunda da EDP, quando é que está prevista uma requalificação na Alameda da Paz? Em relação à questão do abaixo-assinado de insalubridade, há um decreto-lei de 93/2021, achamos que essa questão já devia ter sido resolvida e basta ir buscar os pareceres das autarquias, parece que executaram logo na hora, e em relação aos calceteiros, o Presidente diz que nós não temos respostas, basta ir buscar a proposta do MAISines no compromisso eleitoral para resolver essa situação”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, diz ao deputado **Paulo Freitas** que ficam apontadas as suas questões, uma vez que o Presidente já não tem tempo para





Am. 10  
Opticus

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

responder às mesmas e vamos passar aos Assuntos da Ordem do Dia”.

**C - Assuntos da ordem do dia** -----

**Ponto 1: Apreciação e votação da ata da Assembleia Municipal Ordinária realizada em 18-06-2022.** -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta se há alguma questão a colocar em relação à ata. Uma vez que ninguém quis intervir, a ata foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

**Ponto 2: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, para a transferência de competências no domínio da ação social para o município de Sines, no âmbito da ação social.** -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines para prestar esclarecimentos acerca do ponto em discussão. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, esclarece que “esta competência na área da segurança social, vem na sequência da lei que foi publicada em 2018, que iniciou todo o processo de descentralização e o município tem vindo a receber ao longo dos últimos anos um conjunto de competências que se concretizou até hoje num conjunto de áreas que são importantes, neste caso a área que falta no domínio da ação social e que hoje vem aqui para votação. Passava a palavra ao vereador **Fernando Ramos**, para ele complementar mais alguma informação”. -----

O vereador da Câmara Municipal de Sines **Fernando Ramos**, explica que “há um processo de transferências de competências em curso, como já houve na educação, como em vários domínios, das praias, etc. e aqui na área da segurança social. Mesmo que esta Assembleia Municipal, ou a Câmara Municipal, que já aprovou esta proposta, reprovasse, nós tínhamos que receber as competências com efeito a dia 1 de janeiro. Mas nós recebemos as competências e somos favoráveis a receber mais competências e a estar mais próximo dos cidadãos, porque achamos que assim podemos decidir melhor. Na realidade, o que já existe neste momento, é um protocolo entre o Instituto da Segurança Social e a Santa Casa da Misericórdia de Sines, para efetuar o atendimento do SAS, do Serviço de Ação Social, acompanhamento e ação social da segurança social. Esse serviço funciona, funciona bastante bem, é referido aqui nesta informação e agora com a transferência de competências para o município, o município podia tomar aqui a transferência de competências neste domínio e também na análise e acompanhamento dos processos RSI, do





Amor 18  
editeus

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

rendimento social de inserção, vulgarmente conhecido porque assim se iniciou como rendimento mínimo garantido e, portanto, neste momento esse protocolo que está em vigor, determina que a Santa Casa tem lá duas técnicas contratadas, mas desse protocolo com a Segurança Social duas técnicas que fazem esse atendimento público e uma coordenadora a meio tempo, que naturalmente coordena esse serviço. -----

Com esta vinda para o município, diz também a lei que essa coordenação tem que obrigatoriamente ser efetuada pelo município e é isso que vai acontecer. Portanto, nós vamos designar uma técnica que vai coordenar este serviço, sendo certo que vamos protocolar, como está feita entre a Segurança Social e a Santa Casa da Misericórdia, agora o município de Sines vai fazer um protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Sines para continuar a prestar esse serviço. Porquê? Porque o que está bem devemos manter, e como nós temos uma estreita ligação e as coisas têm funcionado muito bem, assim queremos continuar e é também uma forma de reconhecer não apenas de palavra, mas no ato “*per si*”, que efetivamente a Santa Casa é um excelente parceiro e é facto uma organização de referência, uma IPSS fundamental aqui no nosso concelho. Basicamente é isto que está em causa”. -----

O deputado **José Raposo** diz que “relativamente a esta transferência de competências no domínio da ação social, agora assumida pela autarquia e no âmbito da descentralização de competências da administração central para a administração local, publicada na lei 50/2018, é uma transferência no âmbito da ação social que traduz para o município uma maior ação de intervenção social com novas tarefas, nomeadamente gestão do rendimento social de inserção e a coordenação de um serviço de atendimento e acompanhamento social. Outras competências já agora assumidas, eram acompanhadas pela autarquia, a qual sempre manteve com as entidades e instituições de solidariedade social o melhor relacionamento. Por princípio, considero que quem está mais próximo dos problemas consegue melhores e mais rápidas soluções para os mesmos. A minha experiência profissional de longos anos comprovou isso mesmo. Portanto, a Câmara Municipal e a sua equipa técnica, conhecedora da realidade do terreno social, vai ter uma mais-valia no apoio às famílias. Desta nova competência agora assumida, registo com agrado a sua assunção pelo município, considerando que toda a população sairá beneficiada. A proximidade e a estreita articulação só pode melhorar a prestação do serviço”. -----

O deputado **António Roberto** diz que “como sabem, para nós esta questão não é propriamente uma novidade. Já nos pronunciámos várias vezes e sabem qual é a nossa posição. De qualquer das





*Amir*  
*10*  
*Opticus*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

formas, esta transferência de competências para nós não corresponde àquilo que é a competência de um município, porque tal como a educação, a saúde, enfim, são competências nacionais, são competências do governo, isto é, se nós vamos a pouco e pouco absorvendo, ficando com competências que são do governo central, amanhã podemos perguntar, «então espere aí o governo central vai fazer o quê»? E depois passam para cá as forças armadas também, então e depois os dinheiros para fazer face a estas competências? Se estão tão desejosos de transferência de competências, há muitos anos que está na Constituição da República Portuguesa a descentralização, isto é, a regionalização. Porque é que não a impuseram já? É uma pergunta que fica para toda a gente. Que diabo, vamos transferir competências para as regiões! Porque ninguém conhece melhor o que se passa aqui do que nós próprios. Transferência de competências, está bem, vamos para a regionalização que está na Constituição da República desde 1976 e até agora nada.- O deputado **Paulo Freitas** diz que “a descentralização e a distribuição de competências estão no nosso compromisso eleitoral. Iremos continuar a bater durante este mandato por mais competências, principalmente para as Juntas. Tendo em conta isso, pergunto ao senhor Vice-Presidente se considera que os valores de transferência de verbas e custos são suficientes para essa transferência e se não considera que as Juntas merecessem elas próprias mais competências em si”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. -----

“Como disse o deputado **António Roberto**, e bem, nós temos aceite e todos os municípios na generalidade têm aceite um conjunto de competências, algumas delas que já tínhamos e não recebíamos nada por isso. Aliás, eu devo-lhe dizer que ao longo dos anos as câmaras sempre fizeram mais do que aquilo que são as suas competências em todas as áreas, e não vou falar na pandemia, porque isso já chega de falar em pandemia, mas fomos muito para além daquilo que são as nossas competências e não foi por isso que não deixámos de fazer o nosso trabalho em prol das populações. No caso concreto das Juntas de Freguesia, respondo afirmativamente, acho que sim e esse é um trabalho que deve ser desenvolvido no próximo ano e no próximo orçamento”. --

O vereador da Câmara Municipal de Sines **Fernando Ramos**, diz “sou completamente favorável às transferências de competências. Já o fui no ano de 2008, quando foi aprovado nessa Assembleia Municipal a transferência de competências da educação para o município de Sines. Relativamente às verbas, como eu já tinha dito, são suficientes, e também está a ser negociado, entre o Governo





Am d  
Edúcio

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

e a Associação Nacional de Municípios, um envelope financeiro mais robusto em algumas matérias relativamente à ação social, que vai contemplar outras áreas, como as instalações e estou convicto que a situação ainda será mais favorável em termos financeiros. Mas uma coisa é certa, independentemente dos termos financeiros, há uma coisa que eu não tenho absolutamente dúvida nenhuma, que são os técnicos que estão aqui da ação social, da intervenção social, do município, em conjugação com os técnicos que estão na Santa Casa, com as IPSS que também têm técnicos, que melhor conhecem o terreno”. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou à votação a proposta, que foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor do PS, 4 votos contra da CDU e 6 votos de abstenção do MAISines. No seguimento desta votação, o deputado **António Roberto** lê a seguinte declaração de voto que se transcreve na íntegra. “Transferência de competências no domínio da ação social: A CDU é contra esta transferência de competências, assim como de qualquer outra nos moldes definidos. Por tal se tratar de uma transferência de encargos para a autarquia, o que põe em risco a sustentabilidade financeira concreta da transferência para as autarquias locais de atribuições até este momento da administração central. O inerente risco dessa transferência poder ser lida como mero alijar das responsabilidades do estado, a preocupação com o não agravamento das desigualdades entre autarquias locais, a exequibilidade do aprovado ter riscos de indefinição, com a incidência imediata no rigor das finanças públicas e o afastamento excessivo do estado de áreas específicas em que seja essencial o seu papel, sobretudo olhando à escala exigida para o sucesso das intervenções públicas. Por tudo isto, a CDU vota contra a transferência de competências no domínio da ação social”. -----

**Ponto 3: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, para a contratação de serviços de auditoria às contas do município e acompanhamento da execução orçamental para as gerências de 2023, 2024 e 2025.** -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se querem colocar alguma questão relativamente a este ponto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

**Ponto 4: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, para definição da participação variável no IRS para o ano de 2023.** -----





*Handwritten signature and initials*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines para dar explicações sobre o ponto em análise. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, presta esclarecimentos acerca do ponto em discussão. -----

“Relativamente à questão dos impostos, naturalmente que para nós é importante vê-los na sua totalidade, ou seja, nós ainda não analisamos o imposto *per si*, temos que fazer essa análise no seu conjunto, e aquilo que nos pareceu nesta matéria, é que se tivéssemos que mexer nalgum imposto, no caso de redução do imposto, aquele que seria o mais apropriado era de facto o IRS, uma vez que este é um imposto que incide no rendimento das famílias e como tal, quisemos dar este pequeno sinal e daí esta redução, passar de quatro para três vírgula setenta e cinco, tendo a intenção de manter esta tendência de redução nos próximos anos. Portanto, essa é a proposta que permitirá que as famílias possam vir a poupar relativamente a este imposto cerca de duzentos e cinquenta mil euros, durante um ano. Portanto, esse é o valor que o município deixa de receber para permitir que esse valor fique nas famílias, deixa de receber obviamente se o município tomasse a decisão de aplicar a taxa máxima, como aconteceu aqui há uns anos atrás”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se querem colocar alguma questão relativamente a este ponto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 13 votos a favor do PS, 4 votos contra da CDU e 6 votos contra do MAISines. -----

No seguimento desta votação, o deputado **Paulo Freitas** lê a seguinte declaração de voto, que se transcreve na íntegra: “Na definição da participação variável do IRS do ano transato, votámos favoravelmente, na esperança de que na discussão do orçamento seguinte o executivo iria, de facto, adotar uma política fiscal mais amiga dos contribuintes. -----

Num ano difícil como 2022 e com perspetivas menos positivas para 2023, fazia sentido ir mais além do que uma mera redução gradual fiscal, e dar um alívio visível e diferenciador e não meramente cirúrgico. A nossa natureza em matéria de impostos é transparente. -----

Se o executivo continua a afirmar que as finanças no município estão em ordem e numa altura em que o executivo espera arrecadar receita de impostos em sede de IMI e IMT de aproximadamente dois vírgula sete milhões de euros, mais quatro vírgula cinco milhões de euros em mecenato, ou seja, o executivo conseguiu uma milagrosa arrecadação de verbas do mecenato em dois anos de catorze milhões de euros, havia sim, de facto, margem de manobra para diminuir mais o valor





*Am* 18  
*Opticus*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

proposto. Como o ano excecional merecia um apoio excecional, o MAISines vota contra esta falta de ambição do executivo do Partido Socialista nesta matéria e não propriamente contra a descida, essa assegurada desde logo”. -----

No seguimento desta votação, a deputada **Soraia Pereira** lê a seguinte declaração de voto que se transcreve na íntegra: “O nosso voto é contra, considerando que a proposta agora apresentada vem beneficiar aqueles que mais rendimentos têm, em detrimento dos contribuintes com menos rendimentos, e que as verbas alocadas a esta medida poderiam ser aplicadas na ajuda à intervenção social dos mais desfavorecidos, ou em alguns investimentos necessários para o concelho de Sines. A CDU vota contra a proposta de participação variável no IRS para o ano de 2023”. -----

**Ponto 5: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, para definição das taxas do imposto municipal sobre imóveis (IMI) para o ano 2022, liquidação em 2023.** -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, diz que “a proposta é de fixar uma taxa de zero vírgula trinta e quatro para o IMI e uma dedução fixa para os agregados familiares que têm um dependente, de vinte euros, dois dependentes, quarenta euros e três ou mais dependentes em setenta euros, e também a criação de um núcleo diferenciado na ZIL 2, com a majoração das respetivas taxas em trinta por cento, para prédios urbanos que se encontrem devolutos. A fixação desta taxa permite que as famílias, ou seja, as entidades singulares, as famílias possam poupar cerca de quinhentos e oitenta mil euros em relação àquilo que era ou que seria a taxa máxima, e os contribuintes coletivos, cerca de trezentos e sete mil euros de poupança relativamente à taxa máxima de IMI”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se querem colocar alguma questão relativamente a este ponto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 13 votos a favor do PS, 6 votos contra do MAISines e 4 votos a favor da CDU. ----

No seguimento desta votação, o deputado **Gil Gonçalves** lê a seguinte declaração de voto que se transcreve na íntegra: “A proposta do executivo PS, é de manutenção do valor do IMI em zero vírgula trinta e quatro por cento em relação ao ano que agora finda. -----

O MAISines é da opinião que como tem ficado patente ao longo do presente exercício, de que





*Amor*  
*optius*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

dado o atual contexto económico social, o próximo ano civil se reveste de específicas características que imporiam um posicionamento diferente do executivo municipal, em relação aos Sineenses e Portocovenses. 2023 seria o ano para a Câmara Municipal de Sines dar um sinal claro à população, contribuindo sobretudo para o alívio do sufoco financeiro em que muitas famílias se encontram. Somos da opinião que haveria folga orçamental para efetivar uma redução do IMI para 2023. Seria fundamental para a Câmara Municipal de Sines que a Câmara Municipal de Sines pudesse dar esse importante sinal às famílias Sineenses e Portocovenses, como inclusivamente sugerimos do nosso pacote anticrise apresentado nesta mesma Assembleia Municipal. Por tudo isto, o MAISines vota contra a presente proposta”. -----

### **Ponto 6: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, da definição da taxa de derrama em 2023, exercício de 2022.** -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, para dar explicações sobre o ponto em discussão. ----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, diz que “a proposta é a isenção de derrama em 2023, para os sujeitos passivo cujo volume de negócios do ano anterior não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros e a aplicação da taxa de um vírgula cinco por cento para as restantes empresas”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se querem colocar alguma questão relativamente a este ponto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

### **Ponto 7: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, da definição da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2023.** -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines para dar explicações sobre o ponto em discussão. ----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, refere que “a proposta é a de aplicar os zero vírgula cinco por cento, relativa à taxa municipal de direitos de passagem, como vem sendo hábito em anos anteriores”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se querem colocar alguma questão relativamente a este ponto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por





*Amun*  
*Ad*  
*Optimus*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

unanimidade. -----

### **Ponto 8: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, das grandes opções do plano e orçamento para 2023-2027 e do mapa de pessoal para 2023. -----**

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, para dar explicações sobre o ponto em discussão. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, explica que “relativamente às grandes opções do plano e orçamento 2023-27, este orçamento foi pensado e foi feito, tendo por base alguns dos desafios que se vão colocar no próximo ano. Por um lado, a questão que para nós é absolutamente fundamental, que é a transição entre os dois quadros comunitários, o fim do Portugal 2020 e o início do Portugal 2030, de forma a permitir não só encerrar algumas das ações que ainda temos em aberto, até final do próximo ano e por outro lado, conseguir lançar alguns dos projetos que não foi possível concretizar no anterior quadro comunitário. Portanto, esse é um trabalho que está a ser feito e que, obviamente, é importante para o futuro do nosso concelho, uma vez que estão em causa verbas que não sabemos se se irão manter por muitos e muitos anos. Por outro lado, temos essa preocupação de concluir algumas das obras como eu referi que vieram do quadro do Portugal 2020 e que esperamos terminar no próximo ano, mas para além disso, temos também um fator que para nós é importante. É que será o primeiro ano onde os municípios vão ter todas as competências que foram recebidas nos últimos anos. Isto quer dizer que a responsabilidade é maior, que vamos ter mais áreas de trabalho, necessidade de mais pessoas em áreas que até então não seriam prioritárias e naturalmente que isso é algo que tem que nos deixar preparados de forma a que o próximo ano possa ser encarado de uma forma tranquila. Por outro lado, temos aqui também grandes desafios a nível do aumento dos custos. Não nos podemos esquecer que as despesas com pessoal vão aumentar cerca de um vírgula um milhões de euros no próximo ano, é algo muito significativo, que vamos ter um acréscimo significativo com os custos de energia, energia, gás, combustíveis, que poderão chegar a mais um milhão de euros, esperamos sinceramente que isso não aconteça, porque é algo que naturalmente nos preocupa, e também uma outra preocupação que temos e que está prevista neste orçamento, não numa forma muito detalhada, mas numa forma mais genérica, que tem a ver com a necessidade a nível de infraestruturas que o concelho necessita, face àquilo que são os investimentos previstos nos próximos anos, e refiro-me naturalmente às questões das águas e dos esgotos, que são naturalmente duas áreas para nós absolutamente essenciais. -----





*Am* *nd*  
*Optius*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Relativamente às grandes opções do plano, de forma muito resumida, nós temos o documento dividido em sete áreas que considerámos importantes. O desenvolvimento económico e atratividade do concelho de Sines, desenvolvimento local e social, saúde, segurança, resiliência e bem-estar, qualificação urbana, planeamento e ordenamento do território, sustentabilidade ambiental e urbana, promoção territorial, desenvolvimento turístico e valorização do património e também modernização dos serviços municipais, transparência e inteligência urbana. -----

Relativamente à primeira área, desenvolvimento económico e atratividade do concelho de Sines, há naturalmente uma questão que é importante e daí a nossa aposta na fixação de novas empresas na ZIL 2, a criação de cerca de quarenta lotes na zona de expansão da ZIL 2, são de facto boas notícias, porque vão surgir novas empresas, empresas que são importantes, não só a nível do negócio em si, como também a nível do emprego em torno deste ecossistema com as grandes empresas. Por outro lado, estamos também convictos que o ano 2023 irá permitir a concretização do regulamento de incentivos fiscais e revisão do atual regulamento de tabelas e taxas, que já tem alguns anos e que é absolutamente essencial do ponto de vista fiscal e do ponto de vista da arrecadação de receita. Por outro lado, queremos também criar um selo de empresas socialmente comprometidas, de forma a reconhecer aquelas empresas que são importantes, quer do ponto de vista dos apoios que dão ao associativismo, quer na participação em projetos sociais, culturais e naturalmente desportivos. -----

Do ponto de vista do desenvolvimento local e social, queremos continuar a incentivar o apoio ao programa de apoio ao arrendamento, como forma de tornar mais fácil o acesso à habitação, que é um problema que temos e que queremos resolver em parte nos próximos anos e naturalmente que o apoio ao arrendamento é algo absolutamente essencial, daí a nossa aposta neste programa, de forma a ajudar aqueles que mais necessitam. -----

Também a implementação da estratégia local de habitação, quer no que respeita ao Primeiro Direito, de apoio àqueles agregados que são mais carenciados, de forma a dar-lhes melhores condições, condições mais dignas de habitabilidade. -----

Queremos também continuar com os apoios escolares, quer aos alunos beneficiários do primeiro e segundo escalões, quer no âmbito das bolsas de estudo, que como sabem o município tem vindo nos últimos anos a aumentar, não apenas o valor da bolsa, como também o número de alunos abrangidos por essa bolsa. -----

Em 2023 será também importante o desenvolvimento de procedimentos para cedência de terrenos





*Amor*  
*Optius*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

em regime de direito de superfície, bem como participação ativa do município na elaboração da proposta de criação da escola superior em Sines, que será submetida naturalmente ao ministério da tutela e também a parceria com o politécnico de Setúbal, de forma a construir a residência para cerca de quarenta estudantes, um projeto que já tem financiamento aprovado. -----

No âmbito das políticas municipais para a juventude, pretendemos obviamente continuar com a quinzena da juventude e muitas outras atividades ocupacionais que são importantes para os jovens. Também queremos concluir a construção do Skate Parque que se iniciará no próximo mês de janeiro, e também a promoção da arte urbana, que é importante na dinâmica do concelho, tal como o Conselho Municipal da Juventude enquanto órgão consultivo, que tem aqui um papel extremamente importante. -----

Queremos continuar a colaborar na área da saúde, segurança, resiliência e bem-estar, com a autoridade local de saúde e com a unidade local de saúde do litoral alentejano, em áreas que são absolutamente essenciais, como a medicina preventiva e a promoção de hábitos de vida saudáveis e também concretizar o projeto de construção do novo polo de saúde de Porto Covo, que é uma prioridade para aquela freguesia e que é uma ambição que há muito aqueles munícipes têm. -----

Ao nível da segurança, pretende-se continuar a trabalhar com as autoridades locais para reforço do policiamento de proximidade e devo-vos dizer que tive oportunidade de solicitar uma reunião ao senhor Ministro da Administração Interna, precisamente para falar sobre esta questão do policiamento e também das infraestruturas ou da estrutura que hoje é ocupada pela GNR, que não tem as devidas condições. -----

Do ponto de vista da qualificação urbana, queremos concluir a revisão do Plano Diretor Municipal, agora com novos desenvolvimentos em virtude da aprovação do POC. Temos também a preocupação, tendo em conta estes grandes desafios que surgem para o concelho de Sines e estas novas dinâmicas económicas. Queremos também rever o plano de urbanização das ZILs, de forma a poder resolver alguns problemas que têm surgido ao longo dos últimos, diria um ano, um ano e meio, de forma a poder receber algumas das empresas, ou alguns dos grandes investimentos que estão previstos virem para Sines, mas que requerem aqui alguma criatividade. Por outro lado, nesta área, queremos continuar com algumas obras, cujos projetos estão concluídos, mas que o Portugal 2020 não permitiu financiar. Refiro-me, por exemplo, à terceira fase da estrada da Floresta, Largo da Boavista, Travessa do Calça Virada, a zona envolvente ao lar residencial da Cercisiago, neste caso não é financiamento comunitário, mas é uma obra que queremos dar prioridade, também





*Amor. 18*  
*Opticus*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

reforçar o estacionamento nalgumas áreas da cidade que já estão identificadas e cujos projetos estão a ser desenvolvidos, bairro Amílcar Cabral, rua do Cabo de Sines, envolventes do antigo centro de saúde, entre outras, estou a falar apenas de algumas que me pareceram relevantes. ----- Queremos também lançar as obras de reabilitação das estradas, tanto do Paiol, Casoto, como Cabeça da Cabra. Ainda na qualificação urbana, há uma área que para nós é também prioritária, que é a ZIL 3. Queremos requalificar aquele espaço, cujo projeto está neste momento em execução, ainda não foi aprovado em reunião de Câmara, mas logo que esteja concluída a sua revisão queremos aprovar esse projeto, assim como a criação de uma ligação rodoviária à baixa de São Pedro. É uma área da cidade que tem estado algo isolada, agora vai surgir um loteamento e nós começámos a desenvolver um projeto, de forma a ter uma nova ligação àquela zona da cidade. -- Também a requalificação do bairro Soeiro Pereira Gomes é um projeto que está em fase de conclusão e esperamos que, tal como no bairro Primeiro de Maio, exista financiamento no Portugal 2030 para estas obras. ----- Depois, um projeto que já tem financiamento, uma vez que já contraímos um empréstimo, que é a rotunda junto às antigas escolas primárias, um concurso que será lançado brevemente. A estação da mobilidade, é um conceito que nós esperamos que o próximo quadro comunitário possa abranger, uma vez que é uma área que está a ser dada como prioritária no Portugal 2030, ou seja, congregar todos os meios de mobilidade para aquela zona da cidade, de forma a termos ali não só os transportes urbanos, como também os transportes regionais e também os meios mais ligeiros. Por outro lado, queremos também fazer um conjunto de intervenções que estão previstas para Sines e Porto Covo, de forma a criar melhores condições de acessibilidade ao espaço público, edifícios, mas também estacionamento, de forma a melhorar as condições nestas áreas urbanas de Sines e Porto Covo. Para além disso, esses projetos como eu disse mais pequenos, tanto em Sines como em Porto Covo, estão a ser pensados e a ser estudados de forma a ultrapassar alguns constrangimentos que ainda temos nessas áreas que estão a ser estudadas. ----- Em termos de sustentabilidade ambiental urbana, queremos desenvolver um plano municipal de combate e adaptação às alterações climáticas, que visa a introdução de medidas contínuas de eficiência na utilização dos recursos, também a viabilização da construção da nova ETAR de Sines e também de Porto Covo. No caso de Porto Covo será uma reabilitação que parecerá mais uma nova ETAR. O reforço e melhoria das redes de distribuição de água, saneamento e pluviais, tanto em Sines como em Porto Covo, são verbas que estão contempladas em rúbricas gerais, de forma a





*Amor*  
*Optimus*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ser mais fácil poder jogar com essas verbas e lançar os concursos de forma mais assertiva. Quando nós temos verbas que são já definidas com projetos muito concretos, depois é difícil, ou temos financiamentos comunitários, ou financiamento da banca, ou então é difícil depois conseguir fazer essas verbas e temos que andar a fazer alterações orçamentais que queremos evitar ao máximo. --

A valorização dos espaços verdes é importante, aliás, uma das prioridades será a construção dos jardim junto ao novo hotel que abriu há umas semanas, na zona do PP Sul Nascente, que é uma zona também importante da cidade. Queremos concretizar algumas experiências piloto a nível da recolha de biorresíduos urbanos, um projeto que já candidatámos e que estamos à espera dos resultados, e queremos continuar a apostar nos programas e nas iniciativas de educação ambiental, que mais uma vez o município de Sines foi premiado como o município mais azul do Alentejo. --

Na promoção territorial, desenvolvimento turístico e valorização do património, a criação da ligação entre as várias requalificações que estamos a fazer, a chamada rota do património, de forma a criar um roteiro que permita ligar o observatório do mar, o centro recreativo sineense, a reserva arqueológica às fábricas romanas, ao castelo e à casa onde nasceu Vasco da Gama. Portanto, é um trabalho que está a ser desenvolvido, que obviamente tem alguns anos e que esperemos que tenha continuidade nos próximos anos, assim como apoiar a associação de comércio local, que é essencial para dar continuidade a uma série de eventos que têm sido desenvolvidos, tanto em Sines, como queremos também em Porto Covo. -----

Na modernização dos serviços municipais, transparência e inteligência urbana, queremos dar continuidade à formação contínua dos trabalhadores, que é uma área importante, a criação de mecanismos participativos que venham incrementar a cidadania e participação pública alargada a todos e também mais ativa e a criação do plano “Sines um Concelho Inteligente”, que visa sobretudo definir prioridades de introdução de novas tecnologias na gestão do território, adequando às soluções já existentes. -----

Relativamente ao orçamento, portanto o orçamento em números, é um orçamento de cerca de quarenta e um vírgula sete milhões de euros, que está dividido em receitas e despesas, como aí está demonstrado, cerca de quarenta e oito ponto nove são receitas correntes, o que é um valor significativo e obviamente importante para o município. -----

A desagregação da receita tem como grande ponto as transferências correntes e também os impostos diretos, que absorvem mais de dezasseis milhões de euros. -----

Na questão da despesa, temos a aquisição de bens e serviços como o grande bolo, cerca de catorze





*Am. d.  
Opticus*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

milhões de euros e despesas com pessoal de cerca de onze milhões. -----

Relativamente àquilo que falámos da política fiscal e que já foi aprovada, deixar-vos aqui uma nota: no total os benefícios fiscais no concelho de Sines para o próximo ano serão de cerca de oitocentos e quarenta e um mil euros para os singulares e trezentos e quarenta e quatro mil euros para os coletivos. Há pouco falámos na questão dos impostos e deixo aqui uma nota. Nós não quisemos ir para a redução do IMI, por uma razão muito simples. O IMI tem sido uma receita mais ou menos constante, aliás, nós temos aqui a evolução da receita de IMI que permite ver que aquilo que é orçamentado e aquilo que é executado anda muito próximo, quer desde 2016, onde de facto houve aqui um pico de receita, depois de 2017 o valor foi abaixo daquilo que estava no orçamento, 2018 foi abaixo e agora em 2022, o valor também está ligeiramente abaixo. Portanto, não fazia sentido estar a reduzir o IMI nesta fase, tendo as receitas perfeitamente tido um valor constante praticamente ao longo dos anos, com uma nuance: estar a diminuir o IMI desta forma iria permitir dar um bolo muito significativo às grandes empresas, porque são as grandes empresas que têm os valores patrimoniais mais elevados. -----

A questão do IUC, imposto único de circulação, é um valor que tem tido um ligeiro crescimento nos últimos anos, mas não é uma receita muito significativa do ponto de vista da autarquia. Tem um ligeiro crescimento e que é importante, mas não passa disso mesmo. -----

Um outro imposto que nós temos aqui é a derrama, que é um imposto muito inconstante, ou seja: nós nunca conseguimos saber aquilo que o município vai receber no ano seguinte ou no próprio ano. Por exemplo em 2016, onde o valor foi mais ou menos igual entre o previsto e o recebido, depois nos dois anos seguintes houve uma receita acima do previsto, em 2019 a receita veio por aí abaixo, ou seja, é algo que nós temos de ter sempre em consideração quando fazemos um orçamento, não apenas porque deixámos de receber mais de um vírgula três milhões de euros da central termoelétrica, verba que era para nós muito importante, como também vir a não receber estas verbas de derrama, o que cria aqui algum desconforto na gestão nos próximos anos. -----

Relativamente ao IRS, deixar-vos aqui uma nota. Portanto, esta tem sido a evolução ao longo dos últimos anos, com algumas variáveis em função daquilo que são os rendimentos das famílias, mas naturalmente aqui uma nota significativa, que tem a ver com o facto da receita em 2022 ter reduzido comparativamente com o ano anterior, algo que é significativo. -----

Relativamente ao orçamento, é isto que eu tenho para dizer, mas naturalmente estou aberto a questões que queiram colocar”. -----





*Amor d*  
*Opticus*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

O deputado **Ricardo Brito** diz que “é com preocupação que vemos o aumento de despesa, um pouco também fruto do tempo que vivemos, que efetivamente impacta as organizações, e acho que esse aumento de despesa é preocupante para qualquer organização que tem que gerir o seu orçamento, e causa aqui alguma imprevisibilidade que nos preocupa. No entanto, há que realçar que uma parte desta despesa é aquilo que nós consideramos boa despesa, porque é a despesa com pessoal, são gastos relativos quer a novas contratações, quer a aumentos salariais, quer a progressões na carreira. Nós devemos-nos de lembrar que os funcionários da função pública estiveram durante muitos anos sujeitos a fortes constrangimentos, quer nas suas progressões, quer nos seus salários e, portanto, é muito importante que estes aumentos aconteçam, que haja uma valorização efetiva dos funcionários públicos e aqui em particular dos funcionários das autarquias, e isto só é possível graças ao acordo que se fez, ao acordo plurianual para a valorização da função pública que foi feito a nível central, assinado por algumas partes e que permite aqui uma previsibilidade tanto aos trabalhadores, como a quem tem que gerir os orçamentos das instituições públicas, portanto acho que é de valorizar estes dados”. -----

O deputado **José Pedro Arsénio**, afirma que “certamente o documento que vem à Assembleia, que lhes traz sempre mais algum entusiasmo na sua análise, é certamente as grandes opções do plano e o orçamento do município. O ano passado, ao analisar o orçamento e depois de tecer alguns comentários, fi-lo na perspetiva de que aquelas iniciativas que estavam inscritas no orçamento e nas grandes opções do plano, sabendo de antemão que é uma previsão para quatro anos e fazendo a avaliação do investimento nos quatro anos das grandes opções do plano, não posso deixar de refletir sobre aquilo que foi a execução deste ano e que nos vai fazer tomar a posição de votação ou não neste orçamento para 2023, uma vez que o orçamento de 2022 volta novamente a ser o orçamento de 2023, naquilo que diz respeito à freguesia de Porto Covo, e o que é certo é que eu passo a citar a minha intervenção na Assembleia do ano passado: «Vejo com algum positivismo a quase conclusão do centro de dia de Porto Covo, uma resposta social muito importante na freguesia e que há muitos anos vínhamos a reivindicar e que vai ser uma realidade, mas também aquilo que é o aumento da capacidade da captação e abastecimento público de água, com a construção do novo depósito de água, para não continuarmos a ser abastecidos na altura do verão por carros dos bombeiros voluntários. Depois, também a requalificação da estrada da Cabeça da Cabra, também ela urgente, está num estado de alguma degradação, fruto do desinvestimento durante muitos anos daquilo que era a rede viária do município. Depois, transmitir ao senhor Presidente, que em termos





*Amorim*  
*António*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

de infraestruturas é importante olhar para as que estão em falta no artigo quarenta e sete, que a Câmara rececionou esta urbanização como se as infraestruturas tivessem sido concluídas, mas efetivamente não foram. E é necessário uma urgente intervenção para que se concluam estas infraestruturas. Depois, dizer que a nível do mercado municipal temos um problema em Porto Covo, chove no mercado e é necessário intervir ao nível das infraestruturas e a Junta de Freguesia não tem orçamento suficiente para intervir a este nível e aí alertávamos a Câmara Municipal para que efetivasse esta requalificação ou a iniciasse». Certo, fiz uma avaliação errada daquilo que era o orçamento para 2022, porque depois do que se veio a concluir e o senhor Presidente na resposta pode efetivamente não concordar com aquilo que eu estou a dizer e é a questão da minha opinião que aqui estou a transmitir, mas de facto, este orçamento para 2023, eu fiz a comparação entre 2022 e 2023 e assumo que posso me ter enganado na análise de 2022, porque efetivamente em 2023 é que determinadas intervenções vêm contempladas em orçamento, nomeadamente a estrada da Cabeça da Cabra. No entanto, há uma verba que é os quatrocentos e cinquenta e cinco mil euros, que têm a parte de financiamento não definido. Também sei, porque já me esclareceram essa dúvida, que é depois quando houver a contratação de empréstimos, ou a transição do saldo de gerência, poderá ser criada aqui a dotação orçamental para a execução da repavimentação da estrada. Mas permita-me senhor Presidente que diga também aquilo que foi a sua resposta: «Relativamente às questões do mercado, não houve tempo, digamos, para analisar todos os aspetos relativos à descentralização de competências, mas julgamos que já no início do próximo ano, iremos voltar a esta matéria numa forma a que seja feita uma atualização, não só do trabalho que tem sido desenvolvido pela Junta de Freguesia de Porto Covo, como também daquilo que será uma incumbência do município, tendo em conta grandes intervenções que eventualmente sejam necessárias, no caso concreto do mercado municipal de Porto Covo e isso é uma análise que será feita a seu tempo e brevemente». Portanto, senhor Presidente, é com tristeza que voltamos com exatamente as mesmas coisas em 2023, com o claro prejuízo para a população, com o claro desgaste da Junta de Freguesia, que é quem dá a cara diariamente por estes problemas e que depois não temos condições para efetivamente dar a resposta concreta às populações que servimos. ----- Depois, ao analisar o orçamento, verificamos que existe uma verba considerável para a questão do abastecimento público de água, aparece contemplado a estrada da Cabeça da Cabra, aparece também a questão do lote duzentos e vinte, mas aquilo que aparece do lote duzentos e vinte é que falta executar trinta mil e quinhentos euros. Eu diria, senhor Presidente, que estes números são





*D. Nuno Mascarenhas*  
*Artius*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

aqueles que são, mas que não refletem a realidade, porque é necessário fazer agora muito mais investimento, porque deixámos deteriorar aquilo que era um investimento por parte da Câmara Municipal e que é necessário agora voltar a reconstruir aquilo que se deteriorou. -----

Depois, dizer que ao nível do turismo, é um orçamento claramente fraco naquilo que diz respeito ao turismo e aí uma crítica ao pelouro do turismo, porque efetivamente aquilo que diz respeito a Porto Covo não aparece investimento rigorosamente nenhum, não há valorização do património histórico, não há identificação daquilo que nos caracteriza enquanto território e a valorização desse mesmo território. Depois, transmitir que nunca existiu da parte da Câmara Municipal um apoio concreto àquilo que é o posto de turismo de Porto Covo. Se pretendemos desenvolver um concelho como um todo, não podemos depois desenvolver iniciativas localizadas, porque aquilo que a Junta de Freguesia de Porto Covo sempre transmitiu, é que estamos cá e foi notório durante este ano de exercício de mandato, e eu estou a transmitir esta opinião, mas, de facto, não existiu má colaboração entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal e não é isso que eu estou a transmitir. Existe uma necessidade clara e concreta de mais investimento, de resolver os problemas que se vão protelando no tempo e efetivamente é isso que aqui estamos a discutir, é a ação do município para 2023, que queremos de clara execução, de concretização do investimento por parte da Câmara Municipal, no sentido de ultrapassarmos estes problemas que temos vindo a apresentar na Assembleia Municipal e é aqui que é o fórum dessa discussão e é isso que aqui estamos a fazer. - Depois, verifico nas transferências correntes para as freguesias, há uma redução de dez mil euros nas transferências correntes e um aumento considerável nas transferências de capital, e gostava de perceber aqui qual é a freguesia que vai receber menos dez mil euros em transferências correntes e que valor é que nas transferências de capital cabe a cada uma das freguesias, uma vez que não temos esse conhecimento e qual é a perspetiva da Câmara na matéria da descentralização de competências para as freguesias, se a vai concretizar ou se vamos esperar mais um ano”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. -----

“**Ricardo Brito**, obviamente que nós concordamos com a observação que fez, faz todo o sentido, a valorização dos funcionários é algo que é uma preocupação nossa e há muitos anos que isso é sentido e naturalmente que para nós não é uma despesa, o aumento de um vírgula um milhões de euros é um valor significativo, mas é justo de facto que assim seja. -----

Relativamente ao senhor deputado **José Pedro Arsénio**, que fez aqui um conjunto de afirmações





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

que são verdade e que correspondem àquilo que foi acontecendo ao longo do ano. Aliás, devo dizer o seguinte: há, ao longo do ano 2022, um conjunto de obras que decorreram, algumas dentro daquilo que era a normalidade, mas a sua grande maioria com graves constrangimentos. Falou claramente na questão do centro de dia de Porto Covo, essa foi uma obra que nós assumimos como sendo nossa, não é uma competência do município, ou ainda não recebemos competências na área social, mas já estamos a praticar essas competências, agora tivemos que ter aqui alguma, digamos, engenharia financeira, para um projeto que inicialmente custaria quinhentos, seiscentos mil euros, passar para um milhão de euros. Isso é algo que naturalmente nos fez pensar, mas não hesitámos que a obra tinha que ser feita em Porto Covo, independente do valor, estamos a falar de um milhão de euros, com financiamento apenas de metade. No entanto, falou em duas ou três questões que correspondem à verdade e que nós quisemos inverter mas não foi possível, por exemplo, a questão da requalificação da estrada da Cabeça da Cabra, que o projeto está feito e que o processo de concurso também está feito mas que não foi possível lançar devido a problemas de orçamentação. Foi uma obra que nós não pedimos empréstimo, que não há financiamento como sabemos e não foi possível lançar. No entanto, este orçamento tem uma particularidade, é que é um orçamento que vai receber em fevereiro um reforço de cerca de quatro milhões de euros e nós ao fazermos o orçamento tivemos que fazer opções e há rubricas que não aparecem aqui com o valor correto, uma vez que esse será o saldo que vai transitar desta conta de 2022 para 2023. Portanto, há um conjunto de intervenções que temos previsto para o próximo ano, nomeadamente o reforço de abastecimento de água, um conjunto de eventos que se forem ver comparativamente com o ano 2021 estão subvalorizados, ou seja, aparecem com valores muito abaixo daquilo que é o valor expeável e esses quatro milhões de euros vão servir precisamente para reforçar essas verbas. Há no entanto algo que referiu, e bem, relativamente ao artigo duzentos e vinte, que tem a ver com o facto de nós, com o empreiteiro que fez a obra, não termos chegado a um entendimento e não tem sido possível que ele retomasse a obra, portanto estamos a falar de garantias bancárias muito pequenas, a Câmara irá ter que fazer uma nova intervenção, obviamente para limpar e completar o resto daquilo que lá está, mas há males que vêm por bem e uma vez que estão a ser desenvolvidos os loteamentos, a nascente desse loteamento, estamos a fazer uma alteração à via de acesso, ou seja, aquela via única junto ao parque de campismo que depois iria permitir às viaturas terem aceso apenas a esses lotes, vai ser uma via que vai ter um sentido para cima também, permitindo desta forma otimizar toda aquela zona do loteamento que está neste momento a ser analisado pelos





*Amor*  
*Optimus*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

serviços da vereadora **Filipa Faria**, mas fizemos uma reunião há cerca de uma semana para tentar fazer essa adaptação e quando fizéssemos a intervenção, poder de facto fazer esse ajuste. -----

A questão do mercado municipal, é uma situação que nós temos que resolver, quer do ponto de vista do próprio regulamento, o regulamento, não existe um regulamento para Porto Covo nem outro para Sines, o regulamento é único e o regulamento nem fala na questão do mercado, ou seja, nem fala nas competências da própria Junta de Freguesia. Portanto, no âmbito daquilo que são as nossas intenções com essa rúbrica que falou das transferências de capital, o objetivo é dividir de forma igual entre a Junta de Freguesia de Sines e de Porto Covo, de forma a acrescentar cerca de cinquenta mil euros, salvo erro, a cada uma das Juntas, precisamente no reforço desses contratos que terão que ser revistos e que não foram no ano anterior como disse, e bem, mas que esperemos que já no início deste ano o possam ser. -----

Relativamente à questão das verbas que referiu para a água, de facto, nós tomámos essa decisão de deixar aquilo num bolo único, de forma a ser mais fácil desenvolver as empreitadas. Se estivéssemos a subdividir, teríamos certamente alguns problemas como tivemos no passado. Aquilo que aconteceu neste penúltimo orçamento, foi por exemplo, com os aumentos sucessivos do valor das empreitadas, imaginando que nós tínhamos uma empreitada de construção de uma ETAR em Porto Covo, se colocássemos um milhão de euros num orçamento, íamos para o concurso com aquele milhão de euros, o concurso ficava deserto ou os valores acima, tínhamos que fazer uma alteração orçamental. O que nós estamos a fazer neste momento, é uma forma diferente de trabalhar, que é, antes de lançar a empreitada e uma vez que as rúbricas são gerais, pedimos uma atualização dos valores e lançamos o concurso com esses valores atualizados. Portanto, se tivermos numa rúbrica geral dois ou três milhões de euros é muito mais fácil trabalhar depois no lançamento desse concurso. -----

Relativamente à questão do turismo, nós quisemos e isso foi uma decisão que foi tomada com a vereadora, uniformizar os dois postos de turismo. Como sabem, o posto de turismo de Sines ainda não abriu mas já está previsto no início do ano abrir provisoriamente, e o que queremos fazer é a mesma linguagem, ou seja, o posto de Sines ter o mesmo tipo de equipamento, de mobiliário que terá o posto de turismo de Porto Covo e isso é naturalmente importante e será algo para fazer no início do próximo ano. Aliás, nós queremos não apenas inaugurar o posto de turismo em Sines, fazer essa adaptação do posto de turismo em Porto Covo, como também lançar o vídeo promocional do concelho em termos turísticos, no mês de fevereiro na BTL se tudo correr bem.





*Opiniao*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Queremos também dizer o seguinte que me parece importante. Os projetos que referiu há pouco, que decorreram da reunião de setembro, são projetos que já estão em andamento, ou seja, que já foram contemplados nalgumas rubricas neste ano; no entanto estão também num bolo, uma vez que são um conjunto de projetos, aquele que poderá ter um valor mais significativo será aquele na zona onde estão os feirantes, que é a requalificação daquela zona que, julgo, é um projeto interessante e que vamos considerar como projeto prioritário. Agora, não nos podemos esquecer que independentemente de alguns projetos não termos conseguido dar andamento e concretizar durante o ano 2022, houve um conjunto de apoios que demos à Junta de Freguesia, não só de Sines, como também de Porto Covo, diria principalmente à Junta de Freguesia de Porto Covo, no âmbito das festas de Porto Covo, no âmbito da feira de Natal e obviamente esses valores também são valores importantes, aliás, nós o ano passado tínhamos uma rubrica de cerca de trinta mil euros precisamente para aumentar nessas competências e acabámos por utilizar parte desse valor nas iniciativas em Porto Covo, que são sempre importantes e que não quero fazer distinção entre Sines e Porto Covo. -----

Relativamente às transferências correntes, eu por acaso não consigo visualizar porque é que tem lá menos dez mil euros. Portanto, nós o ano passado tínhamos metido esse valor a mais e acabou por não haver esse acordo, a reformulação de um acordo. Desta vez, por indicação do nosso responsável financeiro, achámos que era mais prudente colocar nas transferências de capital, de forma a podermos fazer essas transferências, ou melhor, podermos fazer a reformulação do acordo logo no início do ano e dessa forma essa transferência poder ser feita de uma forma mais célere. Portanto, basicamente é isto que eu tenho a dizer nesta fase, se houver mais questões, tenho todo o gosto em dar mais explicações”. -----

O deputado **Tiago Santos** diz que “o documento aqui apresentado constitui um instrumento essencial e é com ele que o grupo do Partido Socialista está comprometido. Foi este o programa que a maioria dos Sineenses e Portocovenses escolheram para Sines. Não obstante, todos queríamos uma melhor execução, uma maior execução e até fazer se calhar o que está previsto para quatro anos, em um ou dois. Sines é hoje indiscutivelmente sinónimo de um concelho atrativo, dinâmico e acolhedor, capaz de competir e ombrear como muitos outros territórios de excelência. E não é só as minhas palavras, podemos ver pelos investimentos que temos vindo a atrair, nomeadamente dos grupos hoteleiros, ou outros investimentos internacionais que têm escolhido Sines como território para investir, para implementar os seus negócios. -----





*Amor*  
*Opticus*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

As grandes opções do plano e orçamento para 2023 estão alinhadas com as estratégias dos últimos anos e refletem a vontade de implementação de projetos, ações, atividades diferenciadoras e inovadoras, que permitem a construção de território cada vez mais atrativo para viver, investir e visitar, pelo que considero que a proposta para 2023 reflete um quadro programático assente naquela que foi a proposta eleitoral do Partido Socialista e aposta num conjunto de iniciativas que considera essenciais para o desenvolvimento estratégico do concelho nos próximos anos e para a iniciativa em si de diversas medidas de proteção social com as quais me revejo”. -----

O deputado **Ricardo Brito** diz que “quer fazer uma nota muito rápida, porque foram ditos aqui alguns comentários e é preciso realçar que o Partido Socialista, acho que os portugueses sabem isso, é um partido democrático, de organização plural, como obrigam os estatutos, e é essa a marca do Partido Socialista. Quanto ao restar tempo ou não para a oposição: regimentalmente, a Assembleia de apresentação do orçamento e das grandes opções do plano é a Assembleia que tem mais tempo atribuído a todas as forças, precisamente por ser a Assembleia mais importante do ano. Se alguns deputados não utilizam esse tempo para discutir o documento e preferem refugiar-se em declarações de voto que não são passíveis de discussão, é opção de cada deputado”. -----

O deputado **Paulo Freitas** diz que “a oposição decide se vai debater a proposta, se faz declaração de voto e isso cabe ao papel da oposição e não da bancada do executivo”. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou à votação a proposta, que foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor do PS, 4 votos contra da CDU e 6 votos contra do MAISines. -----

No seguimento desta votação, a deputada **Ana Isa Correia** lê a seguinte declaração de voto que se transcreve na íntegra: “O executivo PS vai continuar a privilegiar a prestação de serviços em detrimento da administração direta das intervenções, mesmo quando tem lugares a preencher no mapa de pessoal que agora propõe, demonstrando desta forma que não tem tido e não vai continuar a ter competências para gerir os recursos humanos e materiais ao seu dispor. O executivo PS continua a teimar em não implementar a opção gestionária aos trabalhadores da autarquia na base de avaliação do desempenho das funções, demonstrando falta de coragem. Esta medida viria a possibilitar a progressão salarial e de escalão a alguns trabalhadores. -----

O executivo PS continua a deixar deslizar vários investimentos importantes para o concelho de Sines, sendo que alguns continuam em banho-maria e outros, por opção, nem sequer são equacionados. -----





*Paulo Freitas*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

O executivo PS continua sem certezas em relação à aprovação do Plano Diretor Municipal de Sines de nova geração no ano 2023, num período em que o concelho está em fase de grande transformação no qual diz respeito ao desenvolvimento sustentável, que fosse ao encontro do plano regional de ordenamento do território e que proporcionasse desta forma a melhoria de qualidade de vida das populações. É de salientar que o atual PDM de Sines foi aprovado no período em que a CDU geriu os destinos da autarquia. Por tudo isto e considerando as fracas execuções orçamentais realizadas ao longo dos últimos anos, o orçamento de 2023 é mais um para não ser cumprido pelo executivo PS, infelizmente em prejuízo das populações do concelho de Sines, pelo que a CDU vota contra as grandes opções do plano e orçamento 2023/2027". -----

No seguimento desta votação o deputado **Paulo Freitas** lê a seguinte declaração de voto que se transcreve na íntegra: “O orçamento apresentado pelo Partido Socialista para 2023 é a linha de continuação de orçamentos anteriores. Mais do mesmo, sem continuar a existir um rasgo de novidade ou de inovação para a melhoria do nosso concelho, e pior ainda, sem acautelar relativamente aos munícipes e tecido empresarial uma defesa do impacto da crise que se agudiza dia após dia, mês após mês. Um executivo que bate palmas aos investimentos de milhões, ainda muito longe de serem concretizados, mas que não olha para as ruas, avenidas e travessas deste concelho. Nem se sente o pulso ao ânimo de Sineenses e Portocovenses, que esperavam talvez sem grande crença muito mais de um executivo que sendo por vezes uma novidade, mas que governa em maioria há praticamente uma década. Este orçamento não reflete de forma alguma aqueles que são os pilares e princípios pelo qual se enquadra o movimento de cidadãos. -----

Continua a ignorar as nossas recomendações para promover a participação cívica através da criação de um orçamento participativo, para que seja a população e não o executivo, por vezes desligado da realidade, a ter oportunidade de participar e decidir sobre a cidade e o concelho. Não demonstra uma faceta verdadeiramente descentralizadora, promovendo mais competências e verbas para as respetivas Juntas de Freguesia, os órgãos mais próximos dos munícipes, no ano em que recebeu, sem questionar, do governo central novas competências, sem saber exatamente se as verbas irão ser suficientes para acautelar os objetivos pretendidos. Mas mais que estes dois pontos, é visível que não é um orçamento de esperança para um ano 2023 que se antevê difícil. -----

Em relação aos investimentos, será que tomamos por realista a previsão do executivo, que por exemplo em relação ao PEDU, plano estratégico de desenvolvimento urbano, só conseguiu executar cinquenta por cento do que estava previsto, quando concelhos vizinhos como Santiago





*Amor*  
*MS*  
*Opticus*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

do Cacém conseguiu executar noventa e cinco, ou Grândola conseguiu executar noventa e um. Não diminui os impostos de forma clara e decisiva, como forma de aliviar as famílias da crise inflacionista e temos como exemplo o IMI que se tornou o mais alto do litoral alentejano. -----

Não souberam pegar no nosso plano anticrise para apoiar de facto as famílias, como foi proposto na última Assembleia Municipal e que foi reprovada incompreensivelmente pela bancada do Partido Socialista. Não isenta de taxas e taxinhas o comércio local e pequenas empresas, de modo a aliviar quebras de vendas e serviços, que já estão de facto a acontecer. -----

A nível de associações e coletividades não compensa devidamente como deveriam ser as dificuldades existentes, um exemplo mais claro disso e que já foi aqui mencionado, é, claro, a cobrança de dívidas após oito anos, colocando mais dificuldades quando devia ser um suporte de estabilidade. Mas se o presente é como é, o futuro não augura melhor. Este orçamento não prepara o caminho para o futuro, futuro esse que já devia ter sido preparado há anos, pois preparar o concelho atempadamente seria o melhor planeamento para essa nova realidade que todos lemos todos os dias. Ao não preparar essa realidade, a continuidade da estagnação e do raquítico desenvolvimento é o que o Partido Socialista tem para oferecer à população e a quem pensa fazer de Sines o seu novo lar. Para um território que se diz que vai ser transformado no novo eldorado, a política e a visão do executivo é muito pouquinho para a ambição que se pretende. Essa ambição é relevante para o desenvolvimento do concelho, ou não tivesse previsto um maior conjunto de investimentos privados desde a construção do complexo industrial. Mas a ambição no crescimento devia refletir-se nas suas vertentes mais fundamentais, como o espaço público cada vez mais degradado, na educação, na habitação, onde o executivo se comporta como verdadeiro especulador imobiliário, no lazer e no necessário reforço dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgotos. -----

Este orçamento encerra ainda a absurda previsão do recebimento de quatro vírgula cinco milhões de mecenato, sem especificar sequer a sua origem. Irão cair essas verbas do céu? Não, é uma não tão engenhosa ideia de suborçamentação das receitas de capital que não se irá realizar para equilibrar o orçamento, e como tal irão continuar a ser apresentadas baixas taxas de execução. A tão propagada estratégia de contas certas faria sentido se fosse feita através de uma gestão rigorosa e assertiva. Poupar para pagar dívidas pode ser fácil se for feito à custa do desinvestimento e do abandono da cidade, e é esse o caminho que aponta este orçamento, na continuação de mais um ano de má gestão. -----





*Amorim*  
*A*  
*Edúcia*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Resumindo, um orçamento que não prepara o futuro, não dá respostas imediatas necessárias, não apoia famílias, não ajuda o comércio, que menospreza o turismo e ignora a cultura. Pelo exposto, o MAISines vota contra o orçamento municipal e grandes opções do plano". -----

### **Ponto 9: Apreciação da atividade, bem como da situação financeira do município de Sines nos termos da alínea c) nº. 1 artigo 2º. E artigo décimo nono do regimento da Assembleia Municipal de Sines.** -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, dá a palavra ao Presidente da Câmara de Sines, para prestar esclarecimentos acerca do ponto em discussão. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, diz que “estamos a falar do relatório de atividades de 14 de setembro até 02 de dezembro. Durante este período desenvolvemos uma série de projetos e ações, algumas delas estão no relatório de forma resumida, mas há algumas que eu gostaria de evidenciar. Como tal, dar aqui algumas notas que me parecem importantes. --- Ao nível de recursos humanos, neste período admitimos nove pessoas a contrato de trabalho por tempo indeterminado, ou seja, para os serviços de refeitórios, mercado municipal, para além de outras necessidades que tivemos ao longo destes últimos meses e recorrendo também, nalguns casos, a alguma prestação de serviços pontual. -----

Depois, a nível das empreitadas, naturalmente que estamos a tentar concluir algumas das empreitadas que já foram aqui mencionadas, estrada do Encalhe já fizemos uma parte, ou seja, o loteamento Sul Nascente, uma receção provisória praticamente de toda a obra, existe ali uma pequena parte para concluir, estamos com a remodelação do campo de futebol de 7 do estádio municipal e estamos também em vias de concluir algumas das intervenções que falei há pouco, nomeadamente o centro de dia de Porto Covo e também o observatório do mar. -----

Do ponto de vista dos projetos, estamos a desenvolver alguns projetos que são importantes, nomeadamente o novo polo de saúde de Porto Covo, um projeto que já está concluído e cuja candidatura eu julgo que até já foi submetida, de forma a conseguirmos acelerar essa obra, que não é uma obra da responsabilidade do município, mas que o município, quando nos foi proposto fazer a reestruturação ou reabilitação daquele equipamento, dissemos «não senhor, estamos disponíveis para avançar para uma obra de raiz» e foi isso que fizemos. -----

Do ponto de vista das atividades desenvolvidas, houve aqui a participação na quinta edição da feira do mar, que foi importante, e também a participação e organização do segundo encontro das estações náuticas. Tivemos também um conjunto de fundos ou de submissão de candidaturas, entre





*Am* *1*  
*Atkins*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

elas, o projeto de recolha seletiva de biorresíduos, que é um projeto que queremos desenvolver no próximo ano. Também durante este período tivemos o aniversário do espaço sénior do bairro Primeiro de Maio, foram aprovados, em reunião de Câmara, três novos processos de adesão ao cartão social do munícipe e treze renovações que nos parece também importante. -----

Em termos de rede social, várias atividades desenvolvidas, desde a semana da saúde mental, grupos de trabalho de orientação profissional, apoio alimentar, envelhecimento, um conjunto de iniciativas que considerámos importantes. -----

Na área da educação, a participação no dia 21 de novembro dos alunos do terceiro, segundo ciclo e secundário num corta-mato escolar, que naturalmente é sempre importante esse tipo de atividade e a Câmara distribuiu como é hábito ao primeiro ciclo cadernos de atividades a todos os alunos que frequentam este nível de ensino nas escolas do concelho de Sines. -----

A nível cultural, desenvolvemos a décima oitava edição do festival Terras sem Sombra, uma parceria com a Pedra Angular e também comemorámos o Dia do Munícipe no dia 24 de novembro, com um conjunto de atividades que são importantes. Este ano não foi possível atribuir as medalhas de mérito municipal, por uma série de fatores, mas obviamente no próximo ano esperemos que venha a acontecer e inclusive com uma série de entidades, algumas que nós consideramos importantes e outras que já foram aqui faladas, como são entidades que tiveram um papel importante no Covid, mas cuja análise não será feita pela reunião de Câmara, será feita pelos serviços que irão obviamente ser analisados em reunião de Câmara, em função não apenas daquilo que as entidades fizeram dos últimos dois anos, como fizeram ao longo da sua existência. -----

Na biblioteca, a exposição José Saramago noventa anos foi importante. -----

A nível do desporto, foi realizada a sexta edição do Trail da Costa Vicentina e foi desenvolvido também, em colaboração com as associações desportivas do concelho, a distribuição dos apoios no âmbito dos apoios às coletividades desportivas num valor superior a cento e sessenta e seis mil euros. Foi também assinado o protocolo com os bombeiros voluntários de Sines, um apoio de cerca de cem mil euros. -----

A Câmara participou em várias iniciativas onde foram assinados contratos de reserva entre a AICEP e vários promotores e também o município recebeu o galardão da autarquia solidária atribuído pela plataforma “Cidade Social”. O município de Sines recebeu ainda pela quinta vez consecutiva o galardão de município amigo do desporto. -----

Do ponto de vista da execução orçamental, deixar aqui duas ou três notas que me parecem





*Amir*

*Editeus*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

importantes. Este ano, e ao contrário daquilo que se tem dito aqui, a taxa de execução é talvez a mais alta dos últimos vinte, trinta, quarenta anos. Portanto, no total de receitas correntes, temos uma taxa de execução muito próxima dos noventa por cento e queremos concluir estas contas com, de facto, uma taxa muito significativa. Isso levou-nos a ter aqui uma atitude que vai ao encontro de algumas situações que já foram aqui mencionadas e que têm a ver com o facto de não termos sentido necessidade de vender património. O município conseguiu, fruto do trabalho desenvolvido pelos seus técnicos e também pelos seus eleitos, já agora diga-se de passagem, conseguiu reaver uma parte significativa de verbas que estavam um pouco esquecidas e que teve a ver com impostos municipais, IMT, que conseguiu ter uma execução muito acima do previsto. Nós tínhamos previsto uma receita de IMT de um vírgula cinco milhões de euros, a receita de IMT este ano vai situar-se na ordem dos sete milhões de euros. -----

Depois, uma nota final para dizer que fruto desta nossa decisão de tentar pagar dívida, os resultados estão à vista. Neste momento, a dívida do município rondará os cerca de oito, nove milhões de euros, e isso deve-se ao facto de termos tido essa preocupação e agora não estarmos tão preocupados com o pagamento de taxas de juro, uma vez que os juros estão a subir. Eu recordo-me que, aqui há muitos anos, o município chegou a pagar centenas de milhares de euros de juros à banca, hoje em dia esse valor é um valor muito abaixo daquilo que era normal. Em todo o caso, no orçamento que hoje foi aprovado, quisemos contemplar uma verba próxima dos duzentos e cinquenta mil euros para precaver esse tipo de situações. Por outro lado, algo que me parece muito importante, que é o prazo médio de pagamentos. Mais uma vez conseguimos baixar, ou seja, os fornecedores da Câmara Municipal de Sines, e algo que também seguramente não se via há vinte anos, a Câmara tem um prazo médio de pagamentos de dez dias. Portanto, os fornecedores recebem a dez dias. -----

Os fundos disponíveis são positivos, o que é naturalmente importante e desde maio de 2021 que o município deixou de ter pagamentos em atraso. Basicamente são estas as notas que eu queria deixar". -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se querem colocar alguma questão relativamente a este ponto. -----

Não havendo inscrições para intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, considerou o documento apreciado. -----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou à





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

consideração da Assembleia se as deliberações desta podiam ser aprovadas em minuta, facto que foi votado e aprovado por unanimidade. -----

Assim, a 1ª. Secretária da Assembleia Municipal de Sines, **Nádia Vilhena**, procedeu à leitura da ata em minuta, a qual foi votada e aprovada por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar, foi dada por terminada a Assembleia ordinária de treze de dezembro de dois mil e vinte e dois, da qual se elaborou a presente ata. -----

Sines, 13 de dezembro de 2022

**O Presidente da Assembleia Municipal de Sines**

Idalino Sabido José

**1ª Secretária**

Nádia Andreia Pacheco Vilhena

**2º Secretário**

Artur Licínio de Oliveira Martins